



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

VICTÓRIA EMI MURAKAMI VIDIGAL

**PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA HISTÓRIA SOBRE O PARQUE
AMBIENTAL DE ANANINDEUA ANTÔNIO DANÚBIO**

ANANINDEUA
2021

VICTÓRIA EMI MURAKAMI VIDIGAL

**PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA HISTÓRIA SOBRE O PARQUE
AMBIENTAL DE ANANINDEUA ANTÔNIO DANÚBIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História
pela Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua.
Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA
2021

VICTÓRIA EMI MURAKAMI VIDIGAL

**PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA HISTÓRIA SOBRE O PARQUE
AMBIENTAL DE ANANINDEUA ANTÔNIO DANÚBIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História
pela Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua.
Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

Data de aprovação: 25 / 02 / 2021.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Universidade Federal do Pará – campus Ananindeua

Prof. Dr. Sue Anne Regina Ferreira da Costa
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo
Universidade Federal do Pará – campus Ananindeua

Ao meu avô Roberto Murakami, pelo amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que acreditaram no meu potencial, desde a escolha do curso no período da educação básica, quanto na graduação que me estimularam ainda mais para seguir o meu sonho. A todos os professores de História que me inspiraram para estar aqui. A graduação me surpreendeu muito, fiquei mais apaixonada ainda pela minha escolha e pelo curso, pesquisar e dar aula são coisas que me fazem muito feliz.

Em primeiro lugar eu quero agradecer aquele que converso todas as noites, Oxalá. Por sempre ouvir tudo o que tinha em meu coração. Aos meus orixás e guias. Somente a agradecer por ouvirem minhas preces. A todos os meus familiares. Tias, tios, primos e primas. Mesmo que alguns um pouco distantes, sempre me desejaram e mandaram pensamentos positivos. Amo todos.

Minha eterna gratidão aos meus avós, que sem eles eu não teria chegado onde estou hoje, por serem tão carinhosos e compreensíveis. Aos meus avós maternos Ieda, tão carinhosa e sempre tão sensível, sempre apoiou o meu sonho em ser professora, e nunca deixou que ninguém o tirasse de mim; ao meu avô Roberto que compartilhou seus aprendizados e financiou os meus estudos a vida inteira, eu não poderia lhe propor menos que isto, posso ver sua felicidade e satisfação em nossas conversas e em suas curiosidades, essa eterna gratidão é a você. Meus avós paternos, Terezinha, por sempre me cativar com suas memórias, me fazem entrar em um túnel do tempo, como se tivesse vivido tudo aquilo que viveu, por sempre me abraçar e compartilhar suas experiências; meu avô José Octávio (*in memória*) que tenho certeza que estaria muito orgulhoso de onde estou por termos as mesmas paixões.

Na graduação conheci muitas pessoas que me fizeram crescer como profissional, estudante e como pessoa. Meu eterno obrigado. Pessoas marcantes foram amigos, professores e técnicos da universidade. Professora Sidiana Macêdo, sempre nos demos muito bem e sempre acreditou no meu potencial, abraçou e me incentivou nas minhas linhas de pesquisa e me orientou, com certeza uma mãe e amiga na graduação, espero poder trabalhar com esta pessoa maravilhosa futuramente também, é o exemplo de professora que pretendo ser para os meus alunos; risada gostosa, divertida, sensível, amiga e feliz. Wesley Kettle de cara compartilhou paixões, inesquecível a minha disciplina de Educação e Patrimônio e depois como sua monitora da mesma, nunca me esquecerei dela, pois ali tive a certeza que estava no curso certo; eu havia um amor oculto pela natureza, e com ele eu pude abraçar tudo o que amo, suas reflexões são inesquecíveis e seu senso de humor sempre inteligente, muito sensível e memorável, meu eterno

obrigado por tudo, principalmente por nunca soltar minha mão. A todos os outros professores que são incríveis e imensamente inspiradores.

Sem a minha eterna dupla também seria difícil, Paulo Henrique foi um irmão para mim e eu não poderia ter pedido um amigo melhor que este. Entre altos e baixos, sinto que foi uma amizade sincera, muitos risos e choros. Conseguimos e fomos muito mais que buscávamos, sempre acreditei no seu potencial e na sua sensibilidade, a gente já sabia as coisas no olhar. Valeu tudo a pena, e é amizade que pretendo levar para além do curso. Wendell e Ian foram com certeza como irmãos, que mesmo de forma tímida, eu sentia uma grande admiração e apreço, sei que vão longe e torço por tudo o que eles farão, tão capazes que nem imaginam. Yasmim e Yukie, minhas melhores amigas, e foi com elas que eu ia todos os dias à universidade e compartilhei diversos momentos e anseios, sem elas também seria difícil, mesmo com áreas opostas, eu agradeço por todas as vezes que elas tentaram me compreender e ouvir, realizamos muitas coisas juntas, e esta monografia também devo a elas, que leram incansavelmente, me ajudava mesmo que suas paixões fossem números.

Ao Paulo Lobo, meu pai de criação. Mesmo tão distantes, eu sei que ele se orgulha, o amor vem do coração, não importa sangue e nem se está longe, eu transmito amor para ele. A “culpa” é dele por me fazer apaixonar pela História, ele contribuiu para tudo isso desde quando eu era criança, me ensinou a paixão que tenho.

Por uma incrível coincidência carregamos o mesmo nome, Emi. Orgulho-me disso, por ter um pouco de você porque és incrível. Esta beleza vai muito mais que aparência, mas de tudo de bonito que tem e transmite na minha melhor amiga, companheira e mãe. Heliana Emi. Meu Porto-Seguro, minha âncora. A ela todas as minhas formas de gratidão, pois sempre segurou e me apoiou em tudo o que faço. Deu tudo de si para que eu pudesse criar asas e voasse. É indescritível todo o amor que tenho. Você é o propósito de tudo. Você é a minha luz. Arigatô!

RESUMO

A seguinte pesquisa aborda a História do Parque Ambiental Antônio Danúbio, situado na cidade de Ananindeua – PA, desde o seu processo de criação e as atividades que o mesmo oferece em seu espaço, além de sua potencialidade como patrimônio ambiental do município. A temática da História Ambiental e do Patrimônio cultural e ambiental é pertinente para a nossa sociedade como um todo, pois é possível debater questões sobre identidade, cultura, memória e preservação de uma cidade ou até mesmo de um espaço verde em meio ao centro urbano. O Parque Antônio Danúbio aborda como um todos questões importantes não apenas para sua própria preservação, mas também da cidade de Ananindeua como um todo, preocupando-se com o seu interior e exterior; não apenas em salvar o lugar em um passado, mas também no presente e no futuro.

Palavras-chave: História Ambiental; Patrimônio Ambiental; Memória; Amazônia.

ABSTRACT

The following research addresses the History of the Antônio Danúbio Environmental Park, located in the city of Ananindeua - PA, since its creation process and the activities that it offers in its space, in addition to its potential as an environmental heritage of the municipality. The theme of Environmental History and cultural and environmental Heritage is relevant to our society as a whole, as it is possible to debate questions about identity, culture, memory and preservation of a city or even a green space in the middle of the urban center. Parque Antônio Danúbio addresses as a whole important issues not only for its own preservation, but also for the city of Ananindeua as a whole, concerned with its interior and exterior; not only in saving the place in the past, but also in the present and the future.

Keywords: Environmental History; Patrimony; Memory; Amazonia.

Lista de Figuras

Figura 1 – Empresário Antônio Danúbio	22
Figura 2 – Inauguração do Parque Antônio Danúbio, Diário do Pará.	25
Figura 3 – A localização do Parque Antônio Danúbio	28
Figura 4 – O lago do Parque Antônio Danúbio	30
Figura 5 – Placa de reconhecimento de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	38
Figura 6 – Placa do Bosque dos Ananis.....	41
Figura 7 – Bosque dos Ananins	42
Figura 8 – Morador do Parque Antônio Danúbio	43
Figura 9 – Trilha da Matinta	44
Figura 10 – Trilha da Mãe D'Água	45
Figura 11 – Maloca de Atividades	45
Figura 12 – Área de Convivência, 2017	49
Figura 13 – Área de Convivência, 2019.....	49
Figura 14 Cantinho Medicinal	50
Figura 15 – Horta Ecológica	50
Figura 16 – Jardim Suspenso	51
Figura 17 – Exposição de Atividades	51
Figura 18 – Vista área do Parque Antônio Danúbio	62
Figura 19 – Área de Atividades ecológicas	63
Figura 20 – Faixada do Parque Antônio Danúbio	71

Lista de Mapas

Mapa 1 – Croqui de Alocações do Parque Antônio Danúbio	39
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 – Quadro desenvolvido por Victória Emi Murakami Vidigal, através das fontes do documento Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal.	32
Quadro 2 – Quadro desenvolvido a partir do documento Análise e Parecer Técnico do Projeto do Parque Ambiental de Ananindeua, apresentando os aspectos positivos e negativos para a criação da Unidade de Proteção.	33
Quadro 3 – Quadro de Infraestrutura do Parque Ambiental, criado por Victória Emi Murakami Vidigal, através das fontes do documento do Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal.	35

Lista de Siglas

ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico

CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

COMAM: Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ananindeua

COSANPA: Companhia de Saneamento do Pará

EA: Educação Ambiental

EP: Educação Patrimonial

FACIAPA: Federação das Associações Comerciais do Pará

Ha: Hectares

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua

SINDMACO-Pa: Sindicato das Empresas de Material de Construção

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. A História do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio	17
2.1 O Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio	19
2.2 Antônio Danúbio: o homenageado	22
2.3 O Parque na Imprensa Paraense, Documentação e Imagens	23
2.4 A criação do Parque	25
2.5 Estruturas do Parque	34
3. Parque Ambiental Antônio Danúbio como Patrimônio Ambiental Urbano	54
3.1 O Parque Antônio Danúbio entre patrimônio natural e patrimônio urbano	57
3.2. O Parque e suas políticas públicas.....	65
3.3. Parque Ambiental Antônio Danúbio, por que um patrimônio ambiental urbano	69
4. Conclusão	75
5. Fontes	79
6. Referências	82
7. Anexos	87
Anexo 1.....	87
Anexo II.....	89
Anexo III	91
Anexo IV.....	92
Anexo V.....	94

Introdução

O interesse em pesquisar o Parque Ambiental Antônio Danúbio surgiu a partir de uma aula de campo durante a disciplina de História e Educação Patrimonial no curso de Licenciatura em História. Durante a aula de campo várias curiosidades surgiram sobre o Parque, muitas delas não respondidas, mas a principal foi “*por que as pessoas não conhecem esse lugar no meio da cidade e por que não parece ser tão valorizado?*”. Por ser rico em atividades e biodiversidade, de como e por que aquele lugar estava onde estava, passou a ser um dos principais objetivos de interesse pessoal e posteriormente da pesquisa, além disso, por que ele não poderia ser um patrimônio para cidade. Diante dessas indagações, o estudo sobre o Parque e temáticas como Patrimônio e História Ambiental, no qual são temas chaves da pesquisa, foram pensadas e aprofundadas.

O processo de pesquisa não foi fácil, pois leituras voltadas especificamente para a História ainda são poucas quando se fala sobre Patrimônio Ambiental, foi preciso pesquisar muito em áreas afins do patrimônio para compreender toda a estrutura e debate que o mesmo levanta. Além disso, leituras sobre a História Ambiental, trabalhadas principalmente no Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN), vinculado à Universidade Federal do Pará, foi essencial para aprofundar e refletir o desenvolvimento da monografia.

A busca de fontes também foi árdua. Mesmo tendo acesso há muitas documentações através da internet – como processos e leis – obter os documentos iniciais como os primeiros ofícios e negociações para reuniões para o processo de criação e o projeto do Parque Danúbio foram difíceis. No momento inicial essas fontes seriam coletadas na Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), na Prefeitura Municipal de Ananindeua e no próprio Parque Antônio Danúbio. Contudo, só foi possível ter um acesso de forma mais ditosa na COSANPA; na SEMA e na Prefeitura não foi possível ter acesso; o Parque contribuiu com alguns relatórios, pois a justificativa era de que o computador em que se encontrava grande parte dos documentos do Parque havia sido roubado.

Desde a década de 70 o debate sobre questões ambientais vem obtendo uma visibilidade maior, principalmente devido as transformações que vem ocorrendo devido a intervenção humana sobre a natureza. Falar sobre História e Natureza é algo imprescindível, ambas sempre estiveram juntas nos cenários dos seres humanos, mesmo a natureza não sendo objeto de estudo direto, esteve presente em relatos, no imaginário e até mesmo em obras de arte e literatura.

Segundo Raquel Rolnik, as cidades guardam marcas de vários tempos e processos que constituem os espaços urbanos ao longo do tempo¹.

“Os historiadores ambientais fogem do determinismo natural, tecnológico ou geográfico, mas se recusam a ignorar a evidente influência dos quadros de recursos naturais da história e na cultura das sociedades humanas”², a História Ambiental possibilita uma interdisciplinaridade entre as áreas, o que nos possibilita falar sobre patrimônio cultural no contexto da pesquisa ao analisar o Parque Ambiental Antônio Danúbio como fonte.

Segundo José Augusto Drummond, a criação de parques ambientais nacionais fazem parte nas disseminações políticas consideradas modernas, no qual o governo, junto as políticas ambientais criaram espaços de lazer no qual entrelaçava o estético natural nas crescentes faixas urbanas, é um ambiente social e tecnológico artificial criado em diversos lugares pelo mundo, principalmente no Brasil³.

O processo de constituição do Parque iniciou-se em 2008, através de planejamento e negociação, em 2010 o Parque Antônio Danúbio foi inaugurado para uma maior interação social e cultural da população de Ananindeua. Com a criação, o Parque ficou conhecido como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), diante disso, será que podemos identifica-lo como um patrimônio ambiental urbano? Diante do conceito de patrimônio ambiental e das políticas públicas, uma vez que induzem a preservação e restauração do espaço será um ponto muito importante no debate desta pesquisa. Serão levantados todos esses conceitos justificando as notícias da imprensa paraense nos jornais da época de inauguração e discutido o potencial do Parque como patrimônio ambiental e as simbologias florísticas e a memória e identidade que o mesmo traz consigo para a cidade de Ananindeua, no estado do Pará.

Em 2010, o espaço onde se encontra o parque foi locado pela Prefeitura Municipal de Ananindeua, uma vez que se encontrava abandonado em meio a BR – 316, a área foi preservada e pensada para a construção de uma unidade de preservação. A História Ambiental, desde o século XX, passar a ser estudada por vários cientistas, principalmente por historiadores, e o Parque Antônio Danúbio como fonte passa a explicar o processo de modificação, através das mudanças sociais e naturais, como um possível patrimônio ambiental, o Parque pode trazer

¹ MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: questões e debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPURS, v. 5, n. 1, jan/jun. 2012, p.104.

² DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: **EDUFF**, 1997, p. 17.

³ Ibid., p.137.

simbologias sobre a cidade e a população que coabita o lugar ou vive nas proximidades, além disso, “amplia-se e também passa a ser considerada fator de reconhecimento dos núcleos históricos”⁴. Por conta disso, é importante compreender as intenções, junto com as políticas públicas, para a criação do Parque Ambiental Antônio Danúbio adstrito com a visão de negociação de um patrimônio ambiental urbano

É reconhecido a importância das fontes orais para a pesquisa, contudo, este ainda não é o foco principal. A pesquisa apresentada é de como fora feita o processo de criação do Parque Ambiental Antônio Danúbio e como e por que ele poderia ser um patrimônio ambiental para a cidade de Ananindeua, se há um potencial no mesmo. A perspectiva dos habitantes é de fato muito relevante, contudo, esse tipo de fonte será trabalhado em um outro momento.

A Seção I preocupa-se em criar um debate sobre a criação do primeiro parque ambiental do município de Ananindeua. Abordar o processo de criação do espaço, através de toda a documentação coletada na Secretária de Saneamento do Pará (COSANPA), no qual durou dois anos, e todas as atividades que o mesmo proporciona para a população e para o meio científico ligados a Educação Patrimonial e a Educação Ambiental.

Na Seção II se aprofunda no debate sobre patrimônio ambiental urbano, desde a ampliação do conceito de patrimônio histórico, abrangendo para além do material, mas o imaterial, o natural e o arqueológico. As políticas públicas que o Parque é envolvido é importantíssimo para reconhecê-lo como uma área de preservação e de rica biodiversidade e identidade para a cidade de Ananindeua – PA. Esse é o cerne da pesquisa, defendê-lo, após compreender seu processo de criação, demonstrando como ele consegue ser um patrimônio ambiental urbano para o município paraense.

É possível reconhecer interesses políticos com a criação do Parque Danúbio, desde a sua criação até mesmo em relação ao nome dado ao mesmo, com diversas memórias seletivas em relação ao espaço. A criação do parque municipal para além de espaços de lazer, mas também para conter uma desorganização socioespacial do local concedido pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) para a Prefeitura do Município de Ananindeua. Contudo, para além disso, é possível identificar atividades relacionadas a Educação Ambiental e a

⁴ PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

Educação Patrimonial muito fortes dentro do mesmo, a partir de quando se tornou ativo, pois traz uma grande relação econômica, científica, política e sociocultural para o município.

Seção I

A História do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio

A “palavra ‘parque’ (...) provém do baixo-latim *parricum*, pelo francês *parc*”⁵. Esta palavra e seu conceito têm um amplo debate, segundo Janaina Barbosa Silva e Antônio Pasqualetto, alguns parques têm função social, enquanto outros apenas de proteção. Existem diversos tipos e tamanhos de parque, por isso, é tão difícil abordá-lo de apenas uma forma. Estes ainda afirmam que existem dois fatores relevantes para criar núcleos considerados naturais – o fator da urbanização e da industrialização dos países –, que através do êxodo rural, houve a necessidade de criar experiências sociais dentro dos núcleos urbanos, no qual remetessem sofisticação e tranquilidade, primeiramente a uma elite urbana, dentro da própria cidade⁶.

O primeiro parque ambiental natural e nacional fora construído em meados do século XX, em Yellowstone nos Estados Unidos. Foi na década de 70 do mesmo século que surgiram os primeiros debates com relevância a preservação natural e dos movimentos ecológicos⁷, servindo de base e influência para futuros parques pelo mundo. No Brasil, o primeiro parque nacional foi fundado em 14 de junho de 1937⁸, conhecido por ser bi-estadual, localizado no Rio de Janeiro, na cidade de Itatiaia, e em Minas Gerais, na cidade de Alagoas, é o Parque Nacional de Itatiaia, no qual contém cerca de 300 km².⁹

O Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, ou conhecido apenas como Parque Antônio Danúbio¹⁰, é o primeiro parque ambiental da cidade de Ananindeua. Foi inaugurado no dia 01 de outubro de 2010. O Parque encontra-se no município de Ananindeua, no Estado do Pará, na BR-316, km 5, ao lado de fábricas, lojas, hospital e shopping. A área é de 3,5 hectare (ha), é um espaço pequeno comparado aos outros parques importantes da capital de Belém, contudo, obtém uma grande influência, pois se situa em área urbana movimentada e com nascente natural do que é hoje o Parque do Utinga¹¹, dos lagos Bolonha e Água Preta. O

⁵ CASTELNOU, NETO. Antônio M.N. **Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos**. 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, Curitiba, p. 297.

⁶ SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. O Caminho dos Parques Urbanos Brasileiros: da origem ao século XXI. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 40, n. 3, p. 287-298, 2013.

⁷ GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A importância da história e da cultura nas leituras da natureza. **Revista InterAção**, v. 33, nº 1. P. 94.

⁸ BRASIL. nº 1713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

⁹ DE BARROS, Wanderbilt Duarte. **Parque Nacional do Itatiaia**. Serviço de informação Agrícola, 1957.

¹⁰ Haverá no tópico 1.2 a discussão sobre quem é Antônio Danúbio, ainda neste capítulo.

¹¹ O Parque do Utinga localiza-se em duas cidades do Estado do Pará: Belém e Ananindeua. Este obtém uma extensão de 1.353 hectares. Esta área tem como objetivo preservar a fauna e a flora ali presentes, da forma mais

Parque funciona de terça a domingo, nos horários de 8 às 17 horas, A visita é livre ou por agendamento para atividades no espaço. O terreno foi locado pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA para o município de Ananindeua, o processo iniciou-se em 2008, e a inauguração do mesmo fora dois anos depois¹².

Maurício de Almeida Abreu discute a identidade dos lugares, no qual esses ambientes atuais fazem emergir histórias e compreensões do passado¹³. Compreender a cidade de Ananindeua¹⁴ possibilita pensar o desenvolvimento populacional e as suas notoriedades ao longo do tempo, assim, criando novos lugares, memórias, cultura e identidades de acordo com a necessidade da população. Para Pierre Nora¹⁵, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. Por conta disso, as memórias são e podem ser construídas através de espaços, como parques por exemplo. Estas áreas possibilitam a criação de memórias afetivas, coletivas e ou individuais¹⁶. As memórias também fazem parte de um sentimento de pertencimento ou de identidade em algum momento da vida.

Incorporando uma imagem construída da “natureza”, os lugares, os territórios e as paisagens passaram a ser “vendidos” como amenidades, quando é apenas uma contemplação fugaz do mundo natural, ou seja, uma mercadoria a ser consumida, por

ecológica possível, além de promover lazer a população e o abastecimento de água para até 70% dos belenenses. Ver: FERREIRA, Luana Dayse de Oliveira. **Governança em áreas naturais protegidas: uma análise na perspectiva do lazer, turismo e violência no Parque Estadual do Utinga/PA e Parque Estadual Dunas do Natal/RN**. 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil.

¹²A partir da análise dos documentos: ANANINDEUA (Município). Prefeitura Municipal de Ananindeua. **Ofício nº. 0666/2010 – PROGE**. Ananindeua, Pa: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 28 out. 2010. Assunto: CONTRATO Nº 060/2010 – COSANPA/PMA ÁREA PARQUE AMBIENTAL DE ANANINDEUA: Contrato de Cessão de Uso; BELÉM. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. **Ofício nº 1.016**. Belém, PA: 18 nov. 2008. Assunto: Criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

¹³ ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 7, 1998.

¹⁴ A cidade de Ananindeua é um município do Estado do Pará, localizado bem ao lado da capital. Ela é uma das cidades mais populosas, perdendo apenas para Belém.

¹⁵ NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

¹⁶ Segundo Michel Pollack, sobre sua análise da obra de Pierre Nora, Lugares de Memória, os locais dão a possibilidade de criar novas memórias, já que não há mais meios de memória, isso dá um novo sentido à vida, logo, podendo evoluir sentimentos permanente a determinados lugares de memória. Ainda para Pollack, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (p. 13), os elementos que permitem as memórias afetivas, individuais e coletivas vem dos acontecimentos de cada indivíduo, logo, podendo ou não passar essa experiência, sentimentos ou símbolos para frente. Ver: POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212. E NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

exemplo, pela família que busca paz num final de semana ou pelo turista que procura os melhores ângulos para suas fotos.¹⁷

Neste sentido, podemos relacionar também os espaços com uma memória afetiva, como usado por Castelnou Neto, o exemplo da família que busca tranquilidade em um espaço “natural” em meio ao centro urbano, ou ao turista que busca lugares para criar novas e diferentes memórias. Por conta disso, vale ressaltar que os lugares, na maioria das vezes, são de extrema importância para a manifestação da memória, seja ela individual ou oficial.

Se não olharmos a História em nosso cotidiano poderemos construir uma sociedade no qual não consegue compreender o seu próprio hoje. Vale ressaltar que os patrimônios ambientais estão bem próximos, mais do que grande parte da população acredita não estar, podendo então trazer compreensão da identidade de uma cidade e da sua realidade. Sobretudo, “aplicada à memória coletiva, essa abordagem [sobre patrimônio ambiental urbano] irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”¹⁸, uma vez que pode contar a história de Ananindeua através do Parque, além de contribuir com uma memória ligada à diversidade natural e como o processo de urbanização continua crescente no município.

Dentro e fora do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, é possível identificar a constituição inicial de uma memória coletiva através da imprensa nesse contexto e como era dado o valor da construção do mesmo. Logo, por meio de jornais da capital paraense, documentos e leis municipais, será apresentada a história do mesmo.

1.1. O Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio

A cidade de Ananindeua, localizada do estado do Pará, município próximo a capital de Belém, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contém mais de 530 mil habitantes, localizado na vigésima posição dos municípios mais populosos do Brasil¹⁹. Segundo Eliane Bastos, a cidade de Ananindeua vem crescendo constantemente, uma vez que é considerada uma *cidade-dormitório* devido ao inchaço populacional e maior fluxo de pessoas

¹⁷ Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio, p. 287-298.

¹⁸ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. Nº3. 1989. p. 4.

¹⁹ IBGE. Estimativas de população dos municípios para 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 11 de outubro de 2019.

e transporte. Ganhando cada vez mais visibilidade, o município vizinho à capital recebeu investimentos nas infraestruturas de shoppings, condomínios, hospitais e mobilidade urbana.

Eduardo Yáziqi²⁰ acredita que é necessária uma organização espacial para a integração de novos e antigos espaços, para pensar também na identidade dos lugares. Por conta disso, podemos perceber que o Parque Antônio Danúbio tem uma característica própria em meio ao centro urbano, pois é chamativo pelo seu conjunto de árvores em uma rodovia, como a de BR-316. É curioso pensar como se dá um Parque Ambiental em meio a uma rodovia, com essa crescente mobilização urbana

esse território urbano da RMB, Ananindeua em particular, é também o território de negociação onde novos sujeitos constituídos coletivamente tentam garantir seus modos de construir a cidade onde as forças sociais próprias do movimento popular constroem novos mecanismos de interação com o Estado que, por sua vez, não se mostra como inimigo, mas tentar adequar-se à perspectiva da democracia ao direcionar sua dinâmica interna as modificações impostas pelos movimentos populares.²¹

Através da análise de Eliane Bastos e ressaltando o pensamento de Yáziqi sobre a implementação da infraestrutura é essencial principalmente para atender as demandas sociais de um cidadão. A necessidade de espaços de lazer e uma administração na construção do desenvolvimento urbano são de extrema importância para essas organizações e demandas sociais.

A “cidade-dormitório’ no Brasil tem sido historicamente baseada num modelo de modernidade industrial e desenvolvimentista”²². Esta cidade em que Ricardo Ojima et. al. estuda é associada, através de uma visão mais histórica, a um estigma voltado à necessidade e a criação de uma cultura e identidade de moradores, representando um processo histórico nas construções sociais, políticas e urbanas de metrópoles suburbanas em desenvolvimento, com modificações aceleradas sobre suas paisagens e estilo de vida de seus habitantes, tratando além

²⁰ YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 18.

²¹ A sigla RMB é referente aos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. Lei complementar Estadual do Pará nº 76 de 28 de dezembro de 2011. BASTOS, Eliane Benassuly Bogéa. Diagnóstico do território da cidade: Ananindeua. In: A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará. . Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013, p. 32 – 33.

²² OJIMA, Ricardo et.al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o conceito sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Caderno Metrópole**, v. 12, n. 24, p.409, 2010.

de necessidades, mas também de interesses políticos e sociais que intervêm nessas transformações.²³ Neste contexto, com o desenvolvimento urbano, há necessidade de criar espaços de sociabilidade e que remetam tranquilidade e descanso para a população, além de criar locais que gerem interesses políticos e econômicos para sustentar não somente interesses regionais, mas também o turismo.

É perceptível a natureza na paisagem, aliás, em meio a tantas transformações no meio, é notável a presença do Parque²⁴, com suas árvores altas destacam-se na paisagem urbana. A paisagem é uma construção humana, assim como a natureza, por isso, podemos classificar o parque como uma memória coletiva ou até mesmo individual. “O trabalho da memória também possibilita uma transformação na consciência das pessoas nele envolvidas direta ou indiretamente (...) compreendendo seu valor na vida local, maneiras de recuperá-la e conservá-la.”²⁵, portanto, falar de patrimônio é falar de uma memória, alguma coisa do passado que ainda está presente nos dias de hoje.

Donald Worster, importante historiador ambiental, ressalta a necessidade para compreender os espaços e as alterações que ocorrem ao longo do tempo, e como a cultura e a economia compartilham dessas transformações²⁶. E se ignorarmos esse estudo, a sociedade pode se tornar passiva de discursos desconexos, e sem entender certos processos, sem perceber como o espaço da cidade funciona e as indigências que o mesmo promove, com isso, é pertinente entendermos como o “patrimônio acompanha o processo social”²⁷.

Para Eduardo Yázigi, a “desfiguração da paisagem”²⁸ de uma cidade deve ser problematizada e analisada, tal que, nem tudo deve ser entendido como um problema das modificações urbanas, mas também a necessidade de envolvimento com a falta de cuidado da sociedade em preservar um espaço ou lugar, logo “a história ambiental, tendência recente dentro da historiografia, tem como objeto principal, justamente as relações do homem com a

²³ OJIMA, op. cit., p. 395-409.

²⁴ Uma das formas que será chamado o Parque Ambiental Antônio Danúbio na pesquisa.

²⁵ VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Arquivos Fontes e Novas Tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados (2000): 63-74.

²⁶ WORSTER, Donald. Por qué necesitamos de la historia ambiental?. En libro: **Revista Tareas**, Nro. 117, mayo-agosto. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos, Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá. 2004. pp. 119-131.

²⁷ YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p.25, junho 2012.

²⁸ YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.55.

natureza”²⁹. Ao compreender os citados questionamentos, a análise da História do Parque Antônio Danúbio, ressaltando a sua construção em um local no qual vem se urbanizando constantemente, próximo de centros urbanos, núcleo de entretenimento, saúde, educação e trabalho, compreendendo as funções sociais e funcionais do Parque no município de Ananindeua.

Nesta perspectiva, a História Ambiental possibilita o estudo do Parque Antônio Danúbio como fonte, devido à sua importância como ferramenta de análise do desenvolvimento da cidade de Ananindeua, gerando consequências e simbologias significativas, de forma ativa, tanto na cidade quanto na sociedade e no meio natural e de quem nela vive.

1.2. Antônio Danúbio: o homenageado

Figura 1 – Empresário Antônio Danúbio.



Fonte: Antônio Danúbio, foto extraída do Jornal Diário do Pará nº9.467, 07 de junho de 2010, notícia de seu acidente.

A figura 1, tirada do *Jornal Diário do Pará*, mostra Antônio Danúbio Lourenço da Silva, a notícia em que surge esta foto do empresário foi do dia em que ocorreu seu acidente. Na descrição da notícia sobre Danúbio é ressaltada a sua pessoa como um dos principais líderes do município de Ananindeua, na intenção de apresentá-lo como uma personalidade de grande autoridade.

Antônio Danúbio foi presidente da Associação Comercial de Ananindeua. No ano de 2010, fora diretor da Federação das Associações Comerciais do Pará (Faciapa) e do Sindicato

²⁹ ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 117, 2007.

das Empresas de Material de Construção (Sindmaco-Pa). Foi dono de uma grande loja de materiais de construção em Ananindeua, Distribuidora São Paulo. Isso nos mostra sua influência econômica, conseqüentemente ganhando, em alguma medida, força política. o empresário Danúbio sofreu um acidente na BR-316 enquanto retornava de uma viagem pilotando uma moto na estrada do município de Santa Izabel – PA, falecendo aos quarenta e oito anos de idade. No ano de 2010, o então atual prefeito de Ananindeua Helder Barbalho reconheceu a importância de Danúbio para o município como um dos principais líderes comerciais, em entrevista ao *Jornal Diário do Pará*.³⁰

A família de Antônio Danúbio, em especial seu filho Felipe Silva, agradeceu ao prefeito Helder Barbalho pela homenagem dada ao seu pai, considerando essa uma ótima forma de lembrá-lo, e que o mesmo “estaria feliz onde estivesse”³¹. Para Michel Pollak, “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar em uma memória [...] herdada”³². Por conta disso, é possível perceber uma proximidade do prefeito da cidade de Ananindeua com Antônio Danúbio. É visível que o chefe do poder executivo de Ananindeua possuía afinidade precedente ao falecimento de Danúbio, em decorrência da homenagem prestada e à análise de Pollak. Esta homenagem ainda vincula supostamente uma memória individual de Helder Barbalho com uma memória coletiva para a cidade de Ananindeua, ao oferecer este nome ao Parque, logo, “essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização de memórias”³³, criando uma “memória herdada”³⁴ de uma imagem política para um local público da cidade. Portanto, é possível enxergar interesses políticos também vinculados a memórias individuais ao homenagear seu amigo.

1.3. O Parque na Imprensa Paraense, Documentação e Imagens

O objetivo principal deste tópico é de perceber como a imprensa aborda a história do Parque Antônio Danúbio. Foram escolhidos os dois principais jornais da capital paraense no século XXI para a pesquisa, o jornal *O Liberal* e o *Diário do Pará*. Para Michel Pollak é

³⁰ Diário do Pará, nº. 9.467, 07 de junho de 2010.

³¹ Notícia sobre a inauguração do Parque Antônio Danúbio cita sobre a homenagem feita para o empresário, a família, no qual estava presente, teria ficado muito feliz. Diário do Pará, nº 32981, 03 de outubro de 2010.

³² POLLAK, op. cit., p. 201.

³³ Id. 1989, p. 4.

³⁴ Ibid., p. 201

importante perceber a origem de certas construções políticas da biografia, qual a ligação da construção do Parque para a vida privada e para a pública.³⁵

A ligação do Parque com o jornal *Diário do Pará* é principalmente devido à publicidade do primeiro e mais novo parque ambiental da cidade de Ananindeua, o Parque Antônio Danúbio, e a ligação do prefeito da cidade da época, Helder Barbalho, no qual o jornal pertence à família Barbalho. A intenção de destacar esta reportagem, sobre a inauguração do Parque, torna-se vultoso para propagar uma possível preocupação do prefeito com o meio ambiente.

A criação do Parque e da sua imagem na imprensa são fatores a serem analisados no sentido de que “na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, podem haver lugares de apoio de memória”³⁶, possibilita que a população tenha conhecimento do Parque e apresenta, segundo as notícias³⁷, o primeiro parque ambiental do município de Ananindeua. Neste ponto observamos um debate em torno da História do Parque e de como seria possível a construção de uma narrativa dele como patrimônio ambiental, a partir da imprensa, da sociedade e do poder público.

É interessante notar que os jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, destacam a função do Parque para a educação ambiental e do turismo ecológico no Parque, e sempre ressaltando que ele é o primeiro parque ambiental da cidade de Ananindeua.

O objeto desta pesquisa consegue abordar aspectos sociais, culturais, paisagísticos e urbanísticos da cidade de Ananindeua através da sua criação e da sua análise como uma negociação do mesmo para ser respeitado como patrimônio ambiental.

Os documentos coletados para a análise da criação e projetos do Parque Antônio Danúbio, de grande parte, vieram da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA e do próprio arquivo digital do Parque Ambiental. Segundo o Coordenador Ambiental do Parque, a documentação oficial não ficava mais em seus arquivos, devido ao assalto que ocorreu no local e levou todos os dados que ficavam guardados, restando apenas pequenos relatórios e um histórico do Parque. A documentação oficial de fato encontrara-se na COSANPA, desde os primeiros ofícios de contato entre o Município de Ananindeua com o presidente na época da COSANPA, Eduardo Ribeiro, até o contrato de doação do território para a criação do mesmo³⁸.

³⁵ Ibid., p. 203.

³⁶ POLLAK, op. cit., p.202.

³⁷ *Diário do Pará*, nº 32981, 01 de outubro de 2010.

³⁸ Alguns documentos presentes nos anexos da pesquisa.

Após a pesquisa nos principais jornais da capital paraense, jornal *O Liberal* e *Diário do Pará*, foram coletadas imagens e reportagens sobre a inauguração do Parque Ambiental Antônio Danúbio, e ocorreu na imprensa notícias sobre ele até o dia 03 de outubro de 2010, no domingo.

Figura 2 – Inauguração do Parque Antônio Danúbio, Diário do Pará



Fonte: Notícia sobre a Inauguração do Parque Antônio Danúbio, jornal Diário do Pará, nº 3298, 03 de outubro de 2010.

É possível perceber durante as análises feitas nos jornais que a inauguração do primeiro parque ambiental para o município de Ananindeua seria muito importante, uma vez que seria um espaço de integração da sociedade com a natureza. De acordo com o contrato e as fontes de jornais, de fato, foi organizado um espaço cultural no Lote B, doado pela Companhia de Saneamento do Pará, e o processo todo durou dois anos, até a inauguração.

1.4. A Criação do Parque

A área no qual encontra-se atualmente o Parque possui uma arquitetura que passou por modificações estruturais, adquirindo características novas em comparação à época de sua inauguração, este espaço pertence à Companhia de Saneamento do Pará, e, desde 2008, foi estudada e discutida uma proposta de locação do espaço para o Município de Ananindeua. O local ficava na Estrada do Caixa Pará, com entrada pela BR-316, é conhecido como “Lote B” pela COSANPA, registrado no Cartório Faria Neto, em Ananindeua, no qual é especializado

em registros de imóveis. O documento de 1996 mostra que anteriormente a doação do espaço completo, foi doado parte para o município para construir a Escola Municipal Antônio Bezerra Falcão³⁹.

A III Conferência Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua ocorreu nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2008. Neste evento, foram feitas várias premoções com pontos específicos para questões ambientais do município. Foram colocadas em pontos: *Comunidades Tradicionais; Recursos Hídricos: Áreas Verdes, Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos, Gestão De Controle Social e Outros* considerados temas transversais. O chefe do poder executivo da época, o prefeito Helder Barbalho, tinha interesse em criar a III Conferência de Meio Ambiente de Ananindeua para incluir a proposta de uma Unidade de Conservação no território do Lote B. Uma das sugestões era a criação de um local caracterizado como parque natural municipal, no qual seria protegido pela Lei Federal nº 9.985/2000, no qual institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e dá outras providências como algo preservado e protegido dentro do terreno da COSANPA, localizado no km 5 da BR-316. Este ponto fora citado nas proposições da Conferência em “*GT de Recursos Hídricos*” no item “*Áreas Verdes*”.

Depois da III Conferência Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua, o secretário Michel Rodrigues do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ananindeua – COMAM, entrou em contato através de um ofício⁴⁰, com o presidente da COSANPA, Eduardo Ribeiro, no evento foi discutido e solicitado sobre a doação do terreno presente na BR-316, para transformar em uma Unidade de Proteção, em forma de Parque Natural Municipal. De acordo com o documento havia uma demanda da Plenária e da população do município, e posteriormente teria sido pedido a doação do terreno pertencente à COSANPA para a criação do Parque, partindo da experiência do Município de Belém, no qual proporcionara a sua população o contato de parques, bosques e atividades envolvendo o meio ambiente.

Com interesses no imóvel da COSANPA, o Município de Ananindeua encaminhou o ofício nº 148/2008, intitulado como “*Encaminhamento de proposta para a Implementação de um Parque Ambiental no Município de Ananindeua*”, neste documento é encaminhado um Projeto Técnico Ambiental, Relatório Fotográfico da área de intervenção e do entorno, onde estaria dentro da Unidade de Proteção Integral na categoria de Parque Natural Municipal,

³⁹ Não será aprofundada esta primeira doação no trabalho.

⁴⁰ BRASIL. Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Ofício nº 1.1016/2008. Belém, PA: **Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA)**. 18 nov. 2008.

envolvido pela Lei Federal nº 9.985/2000, e pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.

O documento da COSANPA, o ofício nº 1.1016/2008, especifica que o terreno de interesse ao município de Ananindeua encontrava-se isolado das terras do Utinga, apesar de que o Lote B faz parte do Projeto do Parque Estadual do Utinga, através do Decreto nº 1.552, de 03 de maio de 1993, entretanto, o Poder Público resolveu criar um muro para que o mesmo não fosse invadido por terceiros, já que é uma propriedade. Segundo o documento, havia um grande problema sobre a apropriação do território:

Não obstante a edição dos atos declaratórios, não foram realizados os provimentos administrativos obrigatórios concernentes à fase executória da desapropriação, pois a COSANPA não recebeu, em tempo hábil previsto na legislação pertinente à matéria, a correspondente indenização de seu patrimônio, e, conseqüentemente, não foi realizado o transpasse da titularidade do imóvel ao Estado, configurando-se a caducidade da declaração exploratória. Para regularizar essa situação, sugerimos em caráter de urgência, a reedição de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação das terras do Utinga, e que sejam realizados tempestivamente todos os procedimentos legais seguintes, decorrentes do ato expropriatório.

Havendo concordância da SEMA, a nova declaração expropriatória deverá excluir a parte incidente do Município de Ananindeua, identificada como “Lote B”, conforme a descrição de sua respectiva poligonal. Assim, o imóvel poderá ser cedido pela COSANPA, ocupante e detentora do imóvel, ao Município de Ananindeua deverá editar o decreto criando o parque natural municipal.⁴¹

É especificado no documento acima que a COSANPA não possuía interesse ou projeto de infraestrutura no imóvel, e a locação para o município de Ananindeua obrigatoriamente deveria criar um parque seguindo as propostas dentro da política estadual do meio ambiente, como proposto no início das transações. Não seria possível a negociação do espaço devido ao fato do lago do Lote B estar inserido na nascente natural do Parque Utinga e dos lagos Bolonha e Água Preta. Além disso, era de extrema importância um projeto legal e de utilidade pública para o espaço.

⁴¹ BRASIL. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. Ofício nº 1.016. Belém, PA: 18 de novembro de 2008.

Figura 3 – A localização do Parque Antônio Danúbio.



Fonte: Foto do Mapa da localização do Lote B pertencente à Companhia de Saneamento do Pará, espaço do Útinga desapropriado do Parque.

A foto é retirada do Ofício nº 1.1016, citado anteriormente. A COSANPA, em sua documentação, preocupa-se em especificar a área que seria de cessão para o Município de Ananindeua e o que estaria em torno do mesmo. O “Lote B” identificado na figura 3 é o espaço em que o Parque se encontra. Ainda neste período, a cidade de Ananindeua já passava por grandes expansões urbanas. É possível perceber as alterações na infraestrutura e arquitetura principalmente em torno da área demarcada

O contrato, intitulado *Contrato de Cessão de Uso* aborda a doação do Lote B, pertencente a COSANPA, para o Município de Ananindeua, a Prefeitura Municipal. Ainda na documentação, é especificada na “CLÁUSULA SEGUNDA – DA FIDELIDADE DE CESSÃO DE DOMÍNIO” que será uma unidade de conservação firmada como categoria de Parque Ambiental destinado ao aceso público e fins culturais.

Além disso, no mesmo, é especificado o *Contrato de Cessão de Uso* com prazo de 20 anos de cessão, entretanto, vale ressaltar a cláusula terceira e a subcláusula primeira presente no documento:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE DA CESSÃO DE DOMÍNIO

O CEDENTE, por este, instrumento de Cessão de Domínio e na melhor forma de direito, cede a título gratuito ao CESSIONÁRIO o referente imóvel, no total de 29.426,00 m², de acordo com o preceito no artigo n.º 1.204, do Código Civil Brasileiro vigente, para que possa promovê-la a UNIDADE DE CONSERVAÇÃO na categoria de Parque Ambiental destinado às atividades culturais e de acesso público, nos termos das normas definidas pelo Sistema Nacional de Conservação – SNUC, Lei n.º. 9.985 de 18 de julho de 2000, através de recursos federais como processos em andamento podendo, par tanto, usar, gozar e fruir livremente da área que lhe é destinada no imóvel.⁴².

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente Contrato de Cessão de Uso, a título precário, tem como prazo de vigência 20 (vinte) anos, a iniciar-se no dia 15 de setembro de 2010 e encerra-se em 15 de setembro de 2030, em conformidade com o prazo mínimo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 25 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n.º. 127, de 29 de maio de 2008.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA – O CEDENTE poderá renovar o prazo pactuado, por igual, maior ou menor período, respeitando o interesse público ou social e o prévio acordo as partes.

Neste ponto, é possível perceber que a empresa cedente do terreno tem interesses em manter e estender futuramente o negócio da Unidade de Proteção, caso tenha interesse do público no espaço, e existam os cuidados necessários para manter a área, poderá se estender o contrato por mais tempo. Este tempo não fora determinado, inicialmente, apenas 30 anos de cessão.

Segundo o Histórico de Apresentação do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, a ideia de criação de um espaço que pudesse apresentar características de preservação ao meio ambiente na cidade de Ananindeua vem sendo imaginada e debatida desde 2008 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua (SEMA), uma vez que a mesma não obtinha um espaço semelhante em registro ⁴³.

⁴² Contrato de CESSÃO DE USO que entre si celebram de um lado como cedente Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA e de outro lado como cessionária, Município de Ananindeua – Prefeitura Municipal. Contrato n.º 60/2010.

⁴³ Na cidade de Ananindeua é possível encontrar outros espaços de visitação e com preocupação ambiental local, como o Parque do Seringal, entretanto, este espaço não contém uma documentação com intenções e propostas frente às preocupações do Parque Antônio Danúbio.

os parques tiveram e têm o potencial de abrir o espaço rural isolado para o mundo, sobretudo o mundo do turismo e da ciência. Em comparação com outros projetos cosmopolitas emanados das sociedades ocidentais, a peculiaridade da conservação reside no modo entusiasta com que encara a alteridade e diversidade do não humano, na defesa dos direitos da natureza e na importância concedida às espécies, habitats e lugares longe da casa de cada um ⁴⁴

Para além da vida urbana e do espaço considerado natural um parque ambiental tem o incrível poder de abrir portas e de dar um imaginário a várias partes de uma sociedade, pois para além de um espaço de lazer ele também é um espaço de novas descobertas sociais, culturais e científicas. Da educação e a ciência, da cultura ao turismo, e principalmente, de uma tangível temporalidade em um único espaço. Um local interdisciplinar. Para que tudo isso seja possível em um pequeno ou grande local é necessário uma conservação e elementos que o protejam – como leis, atividades, pesquisa, administração e proteção governamental – e desenvolvam constantemente em seu ambiente uma amplificação de seus valores correspondentes.

Figura 4 – O lago do Parque Antônio Danúbio.



Fonte: Vista do lago do Parque: nascente natural do Utinga, dos lagos Bolonha e Água Preta. Imagem retirada da Documentação do Parque Ambiental Antônio Danúbio.

⁴⁴ GISSIBI, Bernhard. Os parques nacionais como cosmopolitismo. In: “**Os Limites da História Ambiental: Uma Homenagem a Jane Carruthers,**” *RCC Perspectives*, no. 1, 2014, p. 48.

Através da imagem 4, retirada da documentação oficial do Parque Ambiental Antônio Danúbio, é possível perceber, pelo ângulo, a preocupação em mostrar o rio que se encontra no Parque e seu arvoredo, destaque da foto. Este, provavelmente, tem um intuito em transparecer uma das riquezas presentes no espaço. O lago do Danúbio tem como característica importante o seu nascente natural em lagos importante para a capital, os lagos Bolonha e Água Preta, no qual abastecem as cidades de Belém e Ananindeua há muitos anos. Essa imagem representa a riqueza verde do espaço junto com o rio, um patrimônio natural para o Parque.

O Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal, foi de extrema importância para a implementação e análise da COSANPA para a doação do Parque e posteriormente para a sua criação. Nele, é possível presenciar desde os objetivos, identificação de técnicos, parcerias, características da área, avaliações, etc. Todas as especificações são essenciais para a reforma do imóvel. Dentro da justificativa do Projeto Unidade de Proteção há vários pontos relevantes para a criação e do desenvolvimento que o Parque teria:

- Disponibilizar o espaço protegido pelo Poder Público municipal para visitação pública;
- Oportunizar a pesquisa científica e ações para a formação e capacitação profissional, na área ambiental, com visitas a auxiliar na gestão das políticas de inclusão socioambiental e conscientização da comunidade;
- Promover ações educativas voltadas ao meio ambiente, preservação e resgate da cultura local, incentivando o combate à degradação e promoção da saúde;
- Promover a conservação da biodiversidade natural da área de intervenção, ampliando o número de espécies vegetais nativas e inserindo fauna livres (pequenos mamíferos, especialmente roedores, répteis, quelônios e aves), devidamente autorizados pelo IBAMA e cedida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Promover a integração e ampliação de coleções filomáticas;
- Promover a proteção a projeção efetiva da Nascente existente na área, integrante do manancial do Utinga.⁴⁵

⁴⁵ Justificativa para a Criação do Parque, Pontos que Assegura e Proteção e Conservação. In: **Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal**, p. 8.

Essas justificativas são de extrema relevância para a composição da estrutura e futuros desenvolvimentos de atividades e administração do Parque. Além disso, esses pontos são necessários para perceber o mesmo como um patrimônio da cidade⁴⁶.

Para estruturar o Parque Danúbio foram feitas várias parcerias:

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	FUNÇÃO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental, o zoneamento e a avaliação dos impactos ambientais. A execução, a implementação do monitoramento ambiental, o apoio às emergências ambientais, a execução de programas de educação ambiental e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, florestais, dentro outros.
Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA)	Responsável pelo Licenciamento Ambiental do Parque, especialmente da Área de Proteção Ambiental – APA/Belém.
Museu Paraense Emílio Goeldi	Cessão da fauna livre excedente e acompanhamento da sanidade animal.
Sociedade Civil Organizada	Oferecerá serviços, apoiando ações, desenvolvendo atividades de educação, entre outros.

Quadro 1 – Quadro desenvolvido por Victória Emi Murakami Vidigal, através das fontes do documento Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal.

Essas parcerias fazem parte, segundo o *Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal*, da expansão do espaço para promover e verificar eficiência dentro das Unidades de Conservação, onde cada órgão parceiro agenciará os devidos trabalhos para que o Parque possa funcionar com eficácia.

⁴⁶ Este ponto será melhor desenvolvido na Seção II.

Segundo o documento *Análise e Parecer Técnico do Projeto do Parque Ambiental de Ananindeua*⁴⁷, o lote apresenta:

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental;	Implantação do Conjunto Habitacional Caixaparah, ocasionando uma maior pressão de ocupação;
Contribuição para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais;	Ausência de barreira adjacentes à área;
Oportunizar a pesquisa científica e ações para a formação e capacitação profissional;	Proteção às espécies ameaçadas de extinção e do corpo hídrico existente;
Elevar a qualidade de vida da população;	-
Promover a proteção efetiva da nascente existente na área	-

Quadro 2 – Quadro desenvolvido a partir do documento *Análise e Parecer Técnico do Projeto do Parque Ambiental de Ananindeua*, apresentando os aspectos positivos e negativos para a criação da Unidade de Proteção.⁴⁸

A partir do Quadro 2 é possível perceber que há pontos mais favoráveis, isso ressalta a insistência para a criação do Parque. Os pontos negativos referem-se a uma preocupação dos órgãos públicos diante do espaço do Lote B, em não ser ocupado, por não ter uma barreira de proteção acessível para evitar ocupação local, além de estarem preocupados com a fauna e a flora, que podem ser agredidas. Os pontos positivos apresentados mostram que o espaço pode beneficiar tanto a população ananindeuense quanto o meio ambiente ali presente, incentivando a interação de diversos públicos – acadêmico, escolar e a população em geral – com a educação ambiental e espaços de lazer. Essa pesquisa representa uma preocupação com a história do espaço transformado para fins políticos e sociais. Os assuntos apresentados mostram os interesses que intervêm na criação do Parque, vale ressaltar que

a inovação pode ser disfarçada apresentando-se como regresso ou redescoberta de um elemento do passado que fora erradamente esquecido ou abandonado, ou

⁴⁷ Ver em Anexo 3

⁴⁸ Documento completo no Anexo 3.

através da invenção de um princípio anti-histórico de força moral superior exortando à destruição do conjunto presente/passado⁴⁹.

O estudo de um parque ambiental como fonte histórica traz somente uma inovação nas fontes, mas também um olhar sensível para outros objetos dentro da história urbana para falar de uma sociedade, abordar Ananindeua através de um espaço verde pode dizer muito sobre as modificações dessa cidade no passado até o tempo presente.

Os pontos presentes no documento fazem parte da transação e projeção do espaço do Parque para as futuras atividades inseridas no mesmo. Neste contexto, é importante ressaltar as transformações que serão tomadas diante o espaço e quais serão as consequências, é possível ressaltar mais as vantagens e desvantagens, reafirmando uma negociação conveniente para o projeto do parque municipal.

1.5. Estrutura do Parque

O “Lote B”, o antigo nome do terreno onde é encontrado atualmente o Parque Antônio Danúbio, contém um formato poligonal de dez lados irregulares, com um perímetro de 806,83 m, com área de 3,544 ha⁵⁰. Anteriormente a criação do Parque, havia apenas uma casa no Lote B, com função de ter alguém administrando a área para que não houvessem invasões no mesmo. A justificativa que existia para essa casa é de que, na cidade de Ananindeua, no bairro do PAAR, considerada a maior área de ocupação da América Latina, além do Conjunto Habitacional Caixparah próximo ao terreno, gerou preocupação à Companhia de Saneamento do Pará em ter mais ocupações se expandindo.⁵¹ Logo, para precaver a expansão dessas invasões, a COSANPA precisou tomar providências severas para manter o controle do terreno.

Após toda a negociação para a criação do primeiro parque municipal de Ananindeua, para pensar melhor toda a sua estrutura, fora criado o *Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal*, tanto a COSANPA e o município de Ananindeua ficaram com o documento que tem como objetivo instruir os engenheiros e técnicos que estarão presentes na construção, além de listar os equipamentos do local e os funcionários presentes antes e depois das modificações.

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. **Sobre la historia**, p. 11, 1998.

⁵⁰ Memorial descritivo do Terreno de Mananciais hídricos da COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará – Parte Incidente do Município de Ananindeua.

⁵¹ ANANINDEUA. **Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal**, Prefeitura Municipal de Ananindeua. 2008.

Segundo José Fernando Moreira de Sousa et al. “o planejamento dos espaços públicos requer uma diversidade de dados que permitam analisar os meios físicos, geográficos, culturais, entre outros. Todas as medidas possíveis devem ser tomadas na elaboração deste planejamento”⁵², portanto, esse documento é de suma relevância para a criação e principalmente a estruturação do Parque, o mesmo serve como base de todos os funcionários que o espaço precisa e dos equipamentos também. Deste modo, o projeto dá uma noção de como funcionará as atividades propostas e parcerias que vão intervir no local.

O secretário de Agronegócio e Meio Ambiente, Felipe Burlamaqui Bastos foi o gestor responsável pela implementação do *Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal*, junto com o técnico Sérgio Erich Imbiriba Vicente.⁵³

QUADRO TÉCNICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS	Nº	ESPECÍFICOS
Carros	02	01 passeio
		01 utilitário
Motosserra	02	
Decíbelímetro	02	
GPS	02	
Computador	10	
Impressora	05	

⁵² DE SOUSA, José Fernando Moreira et al. Planejamento, Gestão E Uso Público Do Museu Parque Seringal Em Ananindeua-Pará. In: **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer** / Mirleide Char Bahia, Silvio Lima Figueiredo Organizadores. – Belém: NAEA, p. 110, 2016.

⁵³ ANANINDEUA. **Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal**, Prefeitura Municipal de Ananindeua. 2008.

Engenheiro Sanitarista	02	
Engenheiro Ambiental	01	
Médico Veterinário	01	
Engenheiro Florestal	01	
Engenheiro Químico	01	
Arquiteto	01	
Engenheiro Agrônomo	02	
Pedagogo	01	
Geógrafo	01	
Técnico Florestal	01	
Técnico Agrícola	01	
Analista de Sistema	01	

Quadro 3 – Quadro de Infraestrutura do Parque Ambiental, criado por Victória Emi Murakami Vidigal, através das fontes do documento do Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal

O Quadro 3 mostra a equipe de funcionários e de equipamentos informados pelo *Projeto Unidade de Proteção* para a composição do Parque. Há mais de 12 áreas profissionais atuantes na unidade, este mostra também um espaço de futuras atividades interdisciplinares, desde o pedagogo aos técnicos e engenheiros ambientais, entre outros. Nesse contexto, é possível perceber como os futuros trabalhadores do parque, no qual irão integrar as atividades, podem

ou não estar conectados entre si, tudo isso, segundo François Hartog, depende de como as sociedades vão interagir entre si, nesse caso a população com os funcionários, será que esse todo estará valorizando esses espaços no tempo presente e no futuro? É importante, no campo da experiência, afirmando ainda o raciocínio de Hartog, que independente do caos que ocorre na sociedade, não se deve apenas criar expectativas, mas sim ações no presente para dar sentido, nesse caso ao Parque, para funcionar em um presente e que faça sentido para todos em um futuro também é preciso de “uma visão do tempo como aperfeiçoamento e progresso”⁵⁴ da equipe.⁵⁵

A concepção do primeiro parque ambiental de Ananindeua apesar de ter sido inaugurado em outubro de 2010, foi amplamente selecionado e protegido, com a criação da Lei nº. 2.472, de 05 de janeiro de 2011⁵⁶. Este documento preocupou-se em manter as atividades e a administração de acordo com leis ambientais e visando promover trabalhos que cultivassem a inspiração de novos laços e horizontes para o espaço, além disso, mostra a grande importância dentro da conjuntura preservacionista e ambiental de parques como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

Art. 2o - São objetivos da ARIE “Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA”:

I - manter o ecossistema natural de importância regional e local;

II - garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes;

III - promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município;

IV - proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado.

Figura 5 – Placa de reconhecimento de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

⁵⁴ HARTOG, François. Memória, História, presente. In: **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência no tempo. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019, p. 135.

⁵⁵ Ibid., p. 133 – 191.

⁵⁶ Lei que determina o Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), além de dar também outras determinações para as atividades do mesmo.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Placa de unidade de conservação, o Parque Ambiental Antônio Danúbio como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), maio de 2017.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através da Lei 9.985/00, sustenta diversos projetos ambientais, um deles é a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), amparada pelo Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984. Uma ARIE é uma área de até 5 mil hectares, sendo ela pública ou particular, no qual prioriza atividades, pesquisas ambientais sociais e naturais, que abriga a flora e a fauna, protegendo diversos ecossistemas naturais de determinada região.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), ele informa a sociedade, em colaboração a órgãos públicos federais a municipais, as manutenções, o turismo e informações gerais sobre pequenas e grandes unidades de conservações do Brasil.

A integração da população no espaço é definitiva para o seu funcionamento, segundo o documento de Informações Gerais do Parque Antônio Danúbio, ele preocupa-se com os elementos em torno e dentro do Parque para a melhor conexão, além disso, como já visto nas cláusulas do *Contrato de Cessão de Uso* é de extrema relevância também os cuidados e investimentos no espaço, principalmente pelo acesso da população.

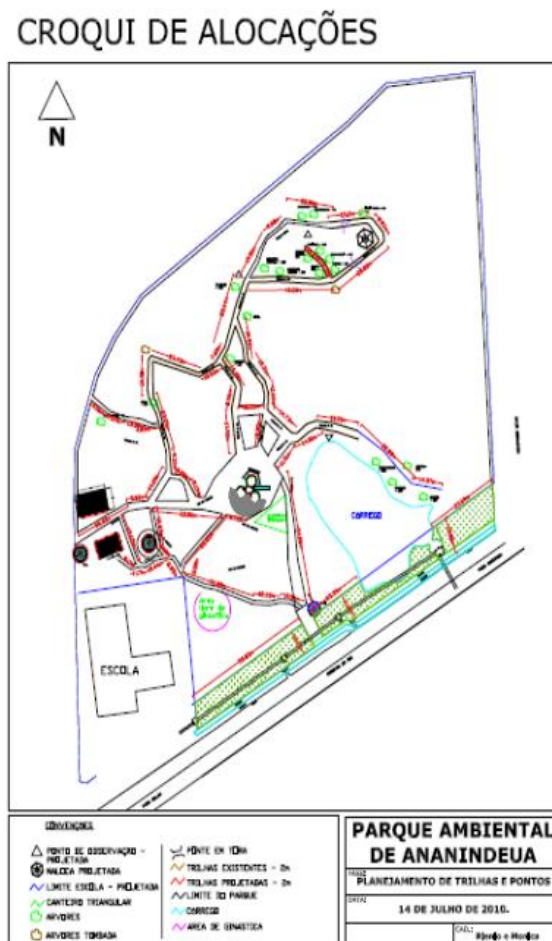
Participação da Comunidade

A participação da comunidade, principalmente a que vive no entorno do Parque, é fundamental para a movimentação e melhoria do lugar, uma vez que o Parque se caracteriza como espaço público urbano ambiental que permite o contato direto com a natureza em plena área urbana consolidada da cidade, e é designado para atender a população com o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à preservação

do meio ambiente. É nas dependências do Parque que são realizadas, mensalmente, reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), com a participação da sociedade civil, designado entre seus representantes, a Associação de moradores do CaixaParah, em nome dos moradores que vivem no entorno do Parque. O espaço é aberto ao público e com entrada gratuita.⁵⁷

“Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de memória”⁵⁸, neste mesmo contexto, é pertinente perceber como há uma troca entre a sociedade e o Parque. A preservação e o uso dos espaços internos são importantes para com quem o frequenta, assim como para a população em mantê-lo presente na vida dos habitantes, principalmente os que estão ali em torno sempre. Certamente há uma ligação de interesses sobre a criação do Parque para a vida privada e para o público.

Mapa 1 – Croqui de Alocações do Parque Antônio Danúbio.



⁵⁷ Informações Gerais do Parque Antônio Danúbio.

⁵⁸ POLLAK, 1992, p. 3.

Fonte: Mapa Retirado do Documento Parque Geral. Croqui de Alocações dos Ambientes do Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva.

No mapa 1, em sua legenda, temos presente do mapa temos: Escola, Maloca Projetada, Limites da Escola – Projetada, Canteiro Triangular, Árvores, Árvores Tombadas, Ponte, Trilhas Existentes (2m), Trilhas Projetadas (2m), Limite do Parque, Córrego, Área de Ginástica. Toda essa estrutura corresponde à estrutura inicial – e existente até hoje – do Parque. O croqui é importante para guiar não apenas o projeto do Parque, mas também para apresentar toda a estrutura de atividades que serão encontradas no local. Um destaque essencial neste croqui é das Trilhas Ecológicas, que é uma das atividades mais importantes do Parque.

1.5.1. Bosque dos Ananis

A árvore do Anani, com o nome científico de *Symphonia globulifer*, compõe uma das atrações principais do Parque Antônio Danúbio. Uma das grandes evidências nos jornais paraenses sobre a inauguração do Parque foi sobre ele ter um símbolo no qual faz parte da história de Ananindeua: a árvore Anani. Esta árvore, segundo o coordenador do Parque - e a fonte encontrada no mesmo⁵⁹ - foi a inspiração para o nome do município paraense, é um símbolo que deu origem ao nome, logo, podemos trazê-la como um patrimônio para Ananindeua.

“A relação entre cultura e natureza determina parte significativa da vida em sociedade”⁶⁰. Segundo Gilmar Arruda, a bio-diversidade traz um debate sobre estados-nacionais mais modernos, e dentro de um “determinado território circunscrito torna-se suporte para a defesa da soberania e da identidade do espaço da nação. O uso da natureza para definição e afirmação da singularidade”⁶¹ de Ananindeua neste caso é muito relevante, onde a história da cidade tem a ver com artifícios naturais encontrados ainda em seus arredores.

Com origem tupi, o nome Ananindeua, vindo da árvore, significa grandiosidade, abundância. Ela produz uma resina de cerol e seu látex é forte e amarelo, estes têm fins materiais e medicinais. O fruto é pequeno e redondo, e geralmente é consumido por animais.

⁵⁹ Poster sobre *Symphonia globulifera* – a árvore do Anani, pesquisa feita a partir do Projeto Vivências do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio com a Universidade da Amazônia (UNAMA). Ver Anexo 5.

⁶⁰ TEXEIRA, Simone. A Educação Ambiental e a Educação Patrimonial no âmbito da gestão ambiental pública no Brasil. In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 463.

⁶¹ ARRUDA, 2006, p. 112.

Figura 6 – Placa do Bosque dos Ananins.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Placa do Bosque dos Ananins, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

Na medida em que o patrimônio refere-se a herança deixada por antepassados comuns, os historiadores, especialmente os do campo ambiental, podem ficar reféns de especialidades definidas sem a consideração da ação humana sobre este momento.⁶²

O estudo da História Ambiental envolvendo o Patrimônio são questões de extrema importância e ligados principalmente às questões do Tempo Presente, pois são sempre atuais, e preocupam-se sempre com as transformações que ocorrem no meio ambiente, e nas cidades. A identidade e a memória interligam os aspectos patrimoniais como herança do passado aos dias atuais. O Bosque dos Ananins aborda a identidade do Parque Antônio Danúbio, ele traz em seu interior a árvore com o nome da cidade de Ananindeua. Portanto, obter um espaço no Parque com essa peculiaridade e essa herança cultural, no qual foi construída em seu interior, o torna mais atrativo ainda, tanto turístico quando de pesquisa e lazer, para fazer com que a população tenha mais contato com memórias oficiais, mas também crie em torno da árvore, ou até mesmo sobre a cidade, as suas noções e sensibilidades sobre identidade e patrimônio.

⁶² ARRUDA, 2006. p.119.

Figura 7 – Bosque dos Ananins.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Bosque dos Ananins, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

1.5.2. Animais

Uma das temáticas importantíssimas, mas pouco estudada pela historiografia brasileira, segundo Regina Horta Duarte, é sobre os animais. Segundo a historiadora, esses seres vivos sempre estiveram presentes na vida dos homens, portanto, não podem ser excluídos das pesquisas acadêmicas, pois “a interação com a vida construiu-se numa condição estratégica para a sobrevivência”⁶³, principalmente no período da colonização do Brasil, fazendo parte também de diferentes culturas, “Sérgio Buarque demonstra a presença dos animais em tudo: estavam presentes, vivos ou mortos”⁶⁴, por conta disso, é essencial aborda-los, pois o Parque Danúbio - visando um espaço sustentável - contém animais de pequeno porte, perceptíveis em seu interior.

De acordo com as documentações do Parque e as práticas no mesmo, a fauna apresentada no local é diferenciada de animais de pequeno porte e que vivem livremente nos espaços do Danúbio. Segundo o Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal,

- Promover a conservação da biodiversidade natural da área de intervenção, ampliando o número de espécies vegetais nativas e inserindo fauna livres (pequenos

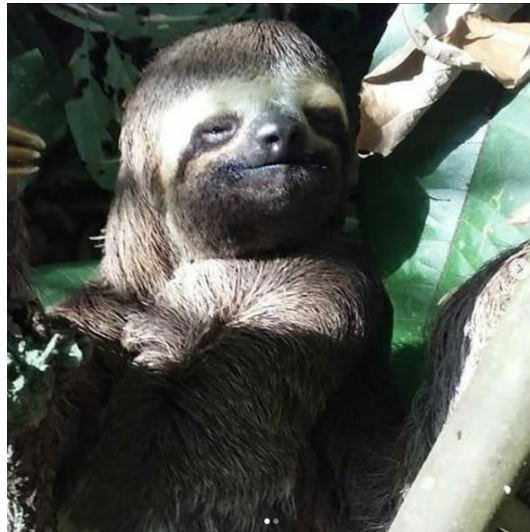
⁶³ DUARTE, Regina Horta. História dos animais do Brasil: tradições culturais, historiografia e transformações. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista de La Salcha*. v. 9, n. 2, p. 24, 2019.

⁶⁴ Ibidem., p. 25.

mamíferos, especialmente roedores, répteis, quelônios e aves), devidamente autorizados pelo IBAMA e cedida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.⁶⁵

Segundo a Quadro 1, o Museu Paraense Emílio Goeldi foi o responsável pela seção dos animais que vão viver no parque, além de acompanhar o desenvolvimento e a estabilidade dos mesmos.⁶⁶

Figura 8 – Morador do Parque Antônio Danúbio.



Fonte: Bicho Preguiça, morador do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio, 2020 – Foto tirada das redes sociais do Parque. Instagram: @parquedanubio_oficial.

Vale ressaltar que, a presença desses pequenos seres vivos, que vivem no espaço do Parque, é essencial para um equilíbrio ecológico do mesmo, portanto, tornando-se um atrativo para as pessoas que vão visita-lo; traz uma dinâmica maior nas atividades do espaço, com a diversidade de espécies, mesmo que de pequeno porte, sendo a maioria insetos, mas também dando um significado ao local.

A liberdade de locomoção dos animais dentro do Parque permite um contato mais espontâneo com os transeuntes, gerando memórias relacionadas ao espaço ambiental frequentado. A curiosidade e o apreço pela experiência podem construir um esmero pela fauna e flora da região àqueles que se interessarem por ela.

1.5.3. Trilhas Ecológicas

⁶⁵ Justificativa para a Criação do Parque, Pontos que Assegura e Proteção e Conservação. In: **Projeto Unidade de Proteção Integral na Categoria do Parque Natural Municipal**, p. 8.

⁶⁶ Não foi possível aprofundar-se nas fontes que abordavam os animais doados pelo Museu Emílio Goeldi no período de planejamento e inauguração do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio.

As trilhas são um ponto de relevância quando a imprensa aborda o Parque em suas páginas, mostrando como é atrativo para a população visitá-lo. Elas são chamadas nos jornais e no turismo como trilhas ecológicas.⁶⁷

Eduardo Yázigi trabalha o turismo como forma de “promover a paisagem de modo consequente”⁶⁸, deste modo, o contato com a natureza faz com que o visitante tenha um cuidado maior ao adentrar no espaço e futuramente em outros, obtendo uma “memória ambiental”⁶⁹ e criando outras perspectivas diante de experiências nos espaços ecológicos.

Figura 9 – Trilha da Matinta.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Trilha da Matinta, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 04 de maio de 2017.

Figura 10 – Trilha da Mãe D’Água.

⁶⁷ O Liberal, nº 32981, 03 de outubro de 2010.

⁶⁸ YÁZIGI, 2003, p.73.

⁶⁹ Conceito utilizado por Andréa Casa Nova Maia e Lise Sedrez, em: MAIA, Andréa Casa Nova; Sedrez, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, v.2, n.14, p. 222.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Trilha da Mãe D'Água, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 28 de junho de 2019.

Segundo Alexandre de Gusmão Pedrini o ecoturismo, uma prática na qual não acrescenta danos ambientais para determinado espaço, obtém uma grande importância econômica, além da proposta educativa, que abriga a educação ambiental em seu contexto. Uma das formas em que o Parque Danúbio consegue implementar a Educação Ambiental é através de suas trilhas, elas são atividades que se vinculam a propostas educativas, voltadas para trilhas de interpretação.⁷⁰

Segundo Lima (1998), trilhas de interpretação necessitam de técnica, ciência e arte para serem criadas, traçadas e trilhadas. São caminhos que levam as pessoas a experienciar as paisagens sob outros contextos, conjunturas, despertando novas concepções, percepção e vivência cambiantes.⁷¹.

As trilhas do Parque têm uma prática de ecoturismo, já que em seu interior não obtém impactos ambientais tão grandes para a sociedade de Ananindeua, essas trilhas geralmente são construídas em áreas urbanas ou em espaços de conservação. As suas trilhas de interpretação, neste contexto, são importantes para um desenvolvimento pedagógico da EA, com o intuito de trabalhar paisagens e as lendas folclóricas da Amazônia, uma vez que as mesmas do Parque

⁷⁰ PEDIRNI, Alexandre de Gusmão. Avaliação da educação ambiental no ecoturismo (em trilhas) no Brasil: uma proposta baseada na qualidade conceitual. **OLAM Ciência & Tecnologia**. Rio Claro/ SP, v. 6, n. 2, p. 93 – 95, 2006.

⁷¹ Ibid., p. 93.

contêm nomes de lendas importantes da região. Essas trilhas são trabalhadas com técnicos do próprio parque municipal e podendo haver a contribuição com o professor que ministra sua aula no espaço, vale ressaltar que nas trilhas, é possível a prática inter e multidisciplinar.

As trilhas ecológicas encontradas no Parque são: “Trilha da Matinta”, “Trilha do Curupira” e a “Mãe D’Água”. Estes nomes remetem a lendas folclóricas da Amazônia, chamada Matinta Pereira e a Mãe D’Água conhecida também como a lenda da Iara. As lendas e mitos, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (apud OLIVEIRA) fazem parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro⁷². Neste contexto, é possível perceber a preocupação em manifestar características amazônicas no espaço do Parque Danúbio, uma vez que inserem o nome das trilhas referentes a lendas da região.

Essas trilhas mostram uma forte relação das lendas com os espaços do Parque, uma vez que estas lendas estão ligadas a floresta, ao meio verde, a natureza. O Curupira conhecido na região Amazônica traz no personagem uma preocupação em proteger a floresta dos caçadores, que anseiam desmatá-la, ele protege a floresta afugentando seus intrusos para que permaneça intocada. O simbolismo que essa lenda traz ao Parque é de extrema importância, pois esses seres encantados possuem história e agregam valor patrimonial ao parque, ressaltando o espaço em que o Parque habita, em meio à cidade, mas continuando a preservação do território verde e sua proteção cultural.

Portanto, através das trilhas ecológicas, é possível perceber uma das práticas de Educação Ambiental que o Parque Danúbio trabalha, uma vez que esta proposta também incentiva questões culturais regionais e ambientais atribuídas às lendas folclóricas. As formas culturais de trabalhar natureza e história são diversificadas, contudo, é essencialmente voltada às questões do patrimônio, pois é herdada a perspectiva indenitária e da memória da sociedade que circula pelo espaço do Parque como forma de herança, preservação, e de relação homem-natureza, logo, uma consciência ambiental.

1.5.4. Atividades Ambientais

⁷² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O (re)descobrimto do Brasil: folclore e cultura popular. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 85-96.

Figura 11 – Maloca de Atividades.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, área para atividades, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

“a educação ambiental tem sido considerada uma área que, ao levar em conta (...) críticas aos modos de utilização do conhecimento, em especial o científico, para a exploração do ambiente natural, e as consequências sobre a vida humana de modo em geral, deve ser reconhecida como um dos instrumentos importantes para promover mudanças nos modos dominantes do pensamento moderno.”⁷³

A Educação Ambiental é uma das atividades mais importantes do Parque, trabalhando com várias áreas, possibilitando a interdisciplinaridade. A mesma constitui-se em desenvolver atividades e projetos que despertem na sociedade, nos alunos e parceiros do Parque abordagens que estimulem a preservação, consciência ambiental, sensibilidade, os processos naturais em determinado espaço ou sociedade. Um dos projetos desenvolvidos no Parque é o Projeto Vivências, no qual tem parceria com universidades públicas e particulares, com o intuito de desenvolver atividades referentes à educação ambiental no local. Nesse contexto, a História Ambiental intervém com o intuito, segundo Donald Worster, para “contribuir al desarrollo de la conciencia de sí en la ecología y en otras ciencias ambientales”⁷⁴ tanto na cidade de Ananindeua quanto no próprio espaço debatido.

⁷³ A ideia de moderno será ampliada na Seção II. CASTRO, Ronaldo Souza de; et. al. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: _____. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** Cortez, 2000. p. 159

⁷⁴ WORSTER, 2004. pp. 4.

Outras atividades que podem ser encontradas no Parque Antônio Danúbio⁷⁵ são as trilhas interpretativas, no qual obtém um jardim sensorial; vídeo aulas; galeria de exposição; bosquinho das descobertas, que fazem aulas práticas com itens recicláveis e artesanais, viveiro educador - o espaço foi pensado em observar mudas de árvores e plantas ornamentais, entretanto, o espaço encontra-se desestruturado -; *Biosala*, onde há animais em vidro para o estudo dos mesmos (taxidermizados); horta sustentável⁷⁶, *Ecosala* e a sala verde.

Fundamentalmente, a solução dos problemas ambientais está na educação. Mas a educação é um processo lento, demasiado lento para conter ainda a avalanche que se aproxima do estrondo. Já não podemos esperar que a próxima geração indique o novo rumo e repare os estragos. Se nada fizermos hoje, não lhes deixaremos chance para tanto. Que adianta ensinar aos jovens o amor à Natureza se, daqui a dez ou vinte anos, quando a eles couber o poder de decisão, não mais existir natureza para salvar. Para que ainda tenha sentido a educação da juventude, devemos fixar já os novos caminhos, devemos começar logo a reparar o que pode ser reparado, devemos evitar a continuação e o incremento dos estragos e devemos iniciar hoje os processos que só frutificarão em longo prazo.⁷⁷

Segundo Leandro Belinaso Guimarães, há uma emergência em educar a população visando não somente o futuro, mas o presente; é preciso agir imediatamente para que a educação seja além de ensinar e aprender, mas ressignificar, para justamente colher bons frutos futuramente, portanto “salientar que será nesse contexto de mobilizações e de contestações sociais que um educativo-ambiental começará a se configurar na cena social”.⁷⁸

⁷⁵ Relatório Geral do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva.

⁷⁶ Em seguida há figura 16 sobre a horta sustentável, a imagem fora tirada em 2017, entretanto, em outras visitas feitas ao local, fora percebido com o descuido do Parque, a extinção dessa atividade e do espaço, em 2019, a horta não fora mais encontrada.

⁷⁷ GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A importância da História e da Cultura na Leitura da natureza. **Revista InterAção**, v. 33, n.1, p. 98, 2008.

⁷⁸ *Ibidem.*, p. 98-99.

Figura 12 – Área de Convivência, 2017.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, local para práticas sociais e educacionais, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

Figura 13 – Área de Convivência, 2019.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, local para práticas sociais e educacionais, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2019.

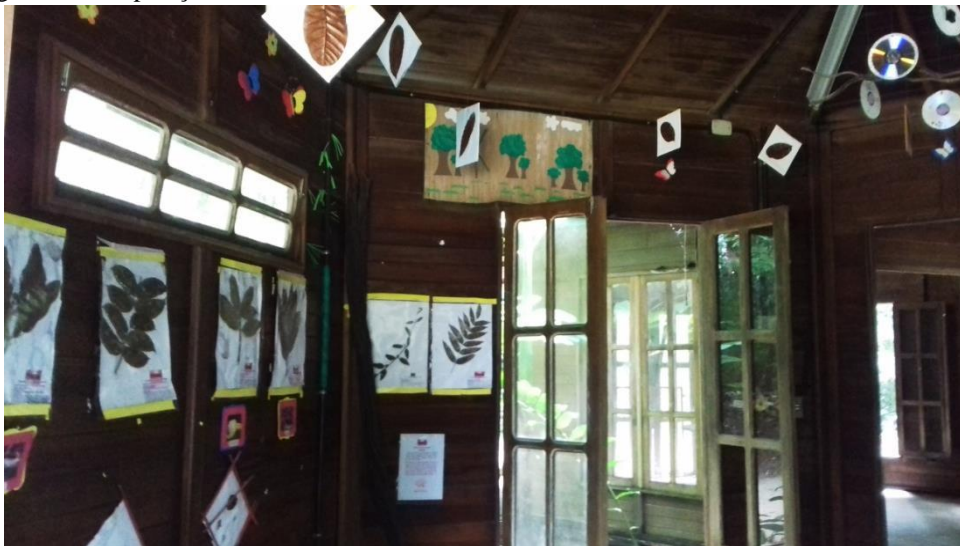
Entre as duas imagens 12 e 13, com diferencial de dois anos, é possível perceber uma diferença no espaço de convivência e das práticas sociais e educacionais do Parque. Conseqüentemente, as mesas e bancos na figura 12 são todos de troncos de árvore, e na imagem 13 já há mesas, possivelmente planejada para o local, contudo, com menos bancos. Tudo isso

Figura 16 – Jardim Suspenso.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Área para atividades, jardim suspenso feito de material reciclado, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

Figura 17 – Exposição de Atividades.



Fonte: MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, área para atividades, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

Através das figuras 11 a 17, podemos perceber como são constituídos diversos espaços dentro do Danúbio⁷⁹, isso mostra uma possibilidade de atividades, que interagem principalmente com a natureza, logo, possibilitando atividades interdisciplinares e transversais com o tema sobre Educação Ambiental.

A EA relacionada com o patrimônio ainda é pouco estudada no Brasil⁸⁰. Apenas em 1970, no Brasil, houve a preocupação em levar a temática do patrimônio cultural para a

⁷⁹ Imagens de 2017, atualmente, em 2020, o Parque encontra-se um pouco esquecido.

⁸⁰ TEXEIRA, 2018, p. 463.

educação, assim como a educação ambiental, afirma Simone Teixeira⁸¹. Em 1990, foi o período em que o debate da Educação Patrimonial (EP) estava em alta, graças a metodologias pedagógicas discutidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Isso nos mostra como “a inclusão de valores próprios da cultura permite a construção de um programa mais voltado para as questões sociais”⁸², principalmente quando relacionados a EA e a EP. As instituições públicas em geral devem se preocupar, principalmente a municipal e estadual, quando abordamos o Danúbio, em influenciar e criar novos programas e dinâmicas para as atividades voltadas a EP e a EA, não apenas para a preservação do lugar, mas também com um debate voltado a cultura e a natureza.

O patrimônio é tudo aquilo que herdamos, principalmente quando falamos de patrimônio ambiental e natural⁸³, essa herança nos traz um debate voltado a símbolos da cidade e da cultura que rodeia a sociedade em que vive cotidianamente em diferentes espaços do município de Ananindeua, vale ressaltar que o Danúbio traz uma grande esfera entre esses espaços de EA e EP ao mesmo tempo, pois “as concepções sobre natureza e cultura são também produto histórico”, que variam ao longo do tempo”⁸⁴

A ação educacional relacionada ao meio ambiente e à cultura patrimonial é, deste modo, essencialmente uma política de caráter emancipatória se apresentando como um forte instrumento de cidadania, pois favorece que os cidadãos se manifestem nos processos decisórios e participem ativamente na busca de soluções para os problemas que possam afetar o meio ambiente e o modo de viver. Ambas se configuram como práxis educativas que permitem elaborar ações pedagógicas com enfoques interdisciplinares, que visam a diversidade cultural, o bem-estar ambiental e a inclusão social.⁸⁵

Ter a Educação Patrimonial no Parque Danúbio nos traz um debate voltado as questões da história e da memória da cidade de Ananindeua através da natureza, ou seja, é possível “propiciar aos educandos a percepção de sua dimensão histórica, facilitando a produção de novas dimensões do conhecimento sobre seu entorno”⁸⁶ do Parque. É muito significativo a população compreender como o cotidiano intervém diretamente ou indiretamente nos aspectos presentes e futuros dos espaços sociais e da natureza.

⁸¹ TEXEIRA, 2018, p. 467.

⁸² Ibid., p. 468.

⁸³ Debate ampliado na Seção II.

⁸⁴ TEXEIRA, op, cit. p. 464.

⁸⁵ Ibid., p. 475.

⁸⁶ TEXEIRA, loc. cit.

Quando a História estuda a natureza, ela possibilita para nós historiadores uma visão mais intimista com o mundo, tanto do passado quanto, principalmente, sobre o tempo presente, como ele investiga o homem diante de suas ações com o meio ambiente ao longo dos séculos, como vivem essas transformações e como lidam com as consequências. Segundo Circe Bittencour, a temática que envolve meio ambiente e patrimônio cultural, são de extrema relevância para a formação social e educacional. O estudo e definição de leis protecionistas que pensam nos espaços verdes, os animais e as paisagens de uma forma geral fazem parte também de uma conscientização histórica e importantíssima para o bem estar social, com uma missão para o Estado e para a sociedade como um todo.

Vale ressaltar que a “história ambiental na atualidade têm aproximado o meio ambiente à história cultural, das imagens construídas pelos homens sobre a natureza e de como ela está incorporada na memória individual e coletiva”⁸⁷.⁸⁸ Isso mostra como o meio ambiente, mais especificamente aqueles vinculados com a educação ambiental são relevantes para a vida dos seres humanos e para sua formação como um todo. O Parque Antônio Danúbio e sua história nos mostra como esses espaços são muito mais do que uma área verde, podendo ser um patrimônio ambiental para a cidade de Ananindeua, uma fonte riquíssima para o debate da História Ambiental e do Patrimônio Cultural no tempo presente. O Parque é um potencial patrimônio ambiental da cidade de Ananindeua.

⁸⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. **História & Ensino**, v. 9, p. 47, 2003.

⁸⁸ BITTENCOURT, 2003, p. 37 et seq.

Seção II

Parque Ambiental Antônio Danúbio como Patrimônio Ambiental Urbano

Nesta Seção será abordado o debate patrimonial em torno do Parque Antônio Danúbio. A sua importância para uma sociedade que vive o crescimento urbano acelerado; e também o seu uso como fonte histórica. O patrimônio ambiental nesse aspecto discute algo além da natureza no meio urbano ou rural, mas também uma discussão de identidade, memória e ressignificações nos espaços interiores e exteriores. Nesse caso, o Parque Ambiental Antônio Danúbio traz à tona um debate patrimonial para o município de Ananindeua, a partir de sua história, dos seus elementos e de suas atividades. A natureza e a paisagem cultural que envolvem o Parque possibilita um debate sobre suas riquezas naturais e patrimoniais, como a árvore do Anani, em uma perspectiva de identidade e cultura da sociedade ananindeuense, a preservação do espaço e de como ele é importante dentro das políticas públicas e da sociedade como um todo ao longo do tempo.

O estudo do Parque Ambiental Antônio Danúbio possibilita um debate interdisciplinar, principalmente por estar vinculado a Educação Ambiental e a Educação Patrimonial. Para compreender a análise patrimonial da pesquisa é pertinente ressaltar como ocorreu o processo para essas questões. Desde a ampliação do conceito de Patrimônio ao conceito utilizado para defendê-lo como um patrimônio.

A Carta de Veneza é um documento internacional, escrito em 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza. Ela aborda a preservação e o restauro de monumentos e sítios, são eles criações arquitetônicas ou sítios urbanos e rurais. Entretanto, ao longo dos anos, segundo Eduardo Yázigí, este documento não fora mais o suficiente para explicar e preservar a grande diversidade do patrimônio existente no mundo, “percebeu-se também que outras áreas deveriam ser preservadas, mesmo sem monumentos e o recurso legal de tombamento. Foi aí que nasceu o conceito de patrimônio ambiental urbano”. Yázigí ainda defende que este conceito de patrimônio deve ser entendido como além da preservação, mas também da relação de toda uma sociedade com o meio vivido, abrangendo a natureza, cidade, cultura, identidade e vizinhança entre outros ⁸⁹.

⁸⁹ YÁZIGI, Eduardo. A conceituação de Patrimônio Ambiental Urbano em Países Emergentes. **Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**, n.12, p. 65-69, 2006.

Nesse tipo de patrimônio, como no caso do Parque Antônio Danúbio, é importante promover atividades sociais e científicas, neste caso, como o da educação ambiental para alunos da educação básica, graduação e a comunidade em geral. No Parque há o Projeto Vivências que engloba atividades de lazer com trilhas ecológicas, adequadamente abordadas no capítulo anterior, onde designa-se um espaço de revitalização que “ajuda a criar o sentimento de permanência: o apreço ao lugar por cidadãos “de dentro e de fora” é fundamental à coesão social e o civismo”.⁹⁰ Portanto, podemos perceber que a constituição dos parques em um novo contexto moderno pode abordar muito mais que dimensões culturais, mas sociais e políticas em torno de si.

O debate da História Ambiental hoje acontece devido a *Nouvelle Histoire*, com a Escola dos Annales, a qual possibilitou além de uma nova perspectiva no estudo da História, trazendo consigo uma perspectiva interdisciplinar, aproximando principalmente às Ciências Sociais, e com suas próprias tendências políticas, “tornou-se um conhecimento distanciado, “objetivante” dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais.”⁹¹ Essa análise interdisciplinar, segundo José Carlos Reis, para os *Annales* seria o estudo homem social. Portanto, a História passou a ser crítica quando debate sobre conflitos e tensões, preocupando-se não apenas com uma história nacional, mas servindo-se de diferentes fontes e memórias.

Com a necessidade em discutir o ambientalismo, principalmente as modificações que estavam ocorrendo anteriormente, como degradações mudanças climáticas e geográficas, estudar o meio ambiente para diferentes ciências e como ciência, e a natureza como patrimônio, preocupou vários estudiosos, e de que forma poderia haver um olhar mais sensível para estas transformações benéficas no presente e no futuro. Para Enrique Leff, o conceito de natureza repercute na sociedade de forma diferente diante desses debates, preocupam-se como alterações do meio ambiente e as consequências do passado que estão no presente. A História Ambiental é revolucionária nesse contexto, pois ela passa a problematizar a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

No período da década de 1970, foi de extrema importância para várias áreas do conhecimento essa perspectiva ambiental, dando um significado para a História, fazendo parte de um processo para o pensamento moderno⁹². A Modernidade para Marshall Berman traz

⁹⁰ YÁZIGI, op, cit, p. 75.

⁹¹ REIS, José Carlos. O surgimento da “Escola dos Annales” e o eu “programa”. In: **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2000, p. 68.

⁹² PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudo Avançados**, 2010, p. 81-82.

crescimentos e transformações, mas também destruição e ameaças, logo, ocasionando processos sociais que levam à modernização. A urbanização crescente e a modificação das paisagens fazem parte desse processo ⁹³.

Modernização: procedimento novo, que despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico, põe em jogo o mesmo desvio de atenção e a mesma transferência de valores pela isenção do presente no passado, mas forma um objeto construído, e não um espetáculo. ⁹⁴.

Nesse contexto, o conceito de Modernização utilizada por François Choay atribuiu ao debate, uma vez que esse momento moderno “mobiliza a sociedade para integrar acerca das questões ambientais [...] na condição de corresponsáveis pela melhoria da qualidade de vida, intermédio do exercício da cidadania e da civilidade” ⁹⁵, contribuindo para que o estudo do patrimônio também fosse alvo para debates que buscam novas práticas patrimoniais. Ainda nesse contexto, para José Augusto Pádua é necessário também descobrir como as ações humanas produzem impactos relevantes sobre a natureza⁹⁶. Pois, nesse sentido, quando falamos sobre a modernidade, o autor também enfatiza que em algumas circunstâncias anteriores há relação de tempo, espaço e paisagens que constituem as ações humanas, como foram destacados anteriormente são problemas e preocupações ambientais não apenas do presente, mas ao longo do tempo, uma constante preocupação para uma cidade e sua sociedade.

Segundo Fernanda Lodi Trevisan a ideia de proteger os meios naturais ocorreu em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO. Este evento tinha como objetivo “principal promover a proteção dos patrimônios que estão inscritos na Lista do Patrimônio Mundial” ⁹⁷. Uma das ideias foi à ampliação do conceito de patrimônio histórico e cultural, visando os meios naturais e arqueológicos. Os países dispostos a reconhecer a Convenção de 1972, precisavam criar leis e artifícios diversos sobre proteção, identificação, valorização e conservação para aqueles patrimônios reconhecidos ou que contribuem para a

⁹³ Para Berman existe uma grande diferença entre Modernidade e Modernização. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. pp. 24-26.

⁹⁴ CHOAY, Françoise. O Patrimônio na Era da Indústria Cultural. In: A Alegoria do Patrimônio. 4 ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 217.

⁹⁵ CASTRO, Ronaldo Souza de; et. al. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: _____. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. Cortez, 2000. p. 158.

⁹⁶ PÁDUA, 2010, p. 83

⁹⁷ TREVISAN, Fernanda Lodi. Patrimônio mundial e a legitimação do controle do território: a influência da UNESCO no fechamento da Estrada do Colono In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 231.

região; tudo para colaborar com o patrimônio cultural e o turismo, preocupado com as futuras gerações e com o comprometimento do mesmo nos espaços, devido algumas degradações urbanas e temporais.

Os parques ambientais, para Antônio Carlos Diegues esses espaços são “ilhas”, nos quais trariam a natureza próxima ao homem, transmitindo paz e calma, no qual fugiria da sua realidade industrial ⁹⁸ ainda mesmo em um espaço urbano. É o que o Naturalismo na literatura aborda: o homem só encontra o descanso da vida urbana agitada em locais mais naturais, arborizados e calmos, longe de “tudo”. O Parque Danúbio, traz um sentimento de tranquilidade devido o seu interior e seu conjunto arbóreo em meio a um centro urbano. Vale ressaltar que a natureza não é pura, esses espaços de refúgio, segundo Diegues são construções do próprio homem, pois há suas atividades na mesma, manipulando os espaços, logo, criando lugares que intensifiquem um significado pessoal ou coletivo, através de um momento de descanso ou lazer. Portanto, “a experiência ambiental [é] marcada (...) [pela] exacerbação da natureza e da vida em sociedade” ⁹⁹, entretanto, é pertinente questionar onde encontramos esses espaços na cidade e quais são as mudanças que ele absorve com a modernização, como o Parque Antônio Danúbio, no qual foi criado oficialmente para ser uma área de preservação, pensado na vivência da população com o espaço, principalmente com o intuito de promover lazer, turismo, educação ambiental e cultura para a comunidade em seu tempo livre.

O ser humano tem a necessidade de conhecer seu passado, com isso, criando simbologias para explicar a sua história, o seu tempo, ou seja, o seu cotidiano. Esse debate se encaixa na realidade do Parque Ambiental Antônio Danúbio, no qual, uma pequena parte de 30 mil m² resta de um ambiente considerado verde, é preservada em meio a uma cidade, especificamente, no perímetro da Rodovia BR-316 na cidade de Ananindeua, no estado do Pará, km 5. O Parque pode ser considerado moderno, devido ao contexto em que os espaços ambientais foram pensados dentro da cidade, além das particularidades que o mesmo é capaz de promover, como a ciência e a cultura, pois, segundo Marshall Berman, “a modernidade une a espécie humana” ¹⁰⁰ através das experiências ambientais, principalmente as atrações do Parque Danúbio e suas atividades de prevenção e ligação social, como o primeiro parque ambiental de Ananindeua, tendo suas características de transição, construção e preservação

⁹⁸ CABRAL, Luiz Otávio; DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p. **Geosul**, v. 15, n. 29, p. 144, 2000.

⁹⁹ CASTRO, op, cit. p. 158.

¹⁰⁰ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. P. 24.

ambiental e histórica. O pensamento e preocupação que houve a partir do final do século XX com os debates sobre ambientalismo e novas políticas públicas mundiais envolvendo patrimônios naturais e arqueológicos faz com que esta discursão se amplie para o debate de patrimônio ambiental e novas legislações em torno deles

2.1. *O Parque Antônio Danúbio entre patrimônio natural e patrimônio ambiental urbano*

Podemos perceber uma grande transformação nos espaços da cidade, principalmente de Ananindeua ao longo do tempo. O verde da floresta foi derrubado para dar espaço para os prédios e ruas asfaltadas, o chão de terra foi substituído pela pavimentação e a circulação de pessoas e diferentes tipos de transportes aumentaram o fluxo de movimentação. A modificação da paisagem é constante e cada vez mais rápida, fazendo parte da vida da população presente na cidade, construindo certas memórias, sejam elas individuais ou coletivas, em cada espaço. O conceito de “lugares de memória”, criado por Pierre Nora, aborda que são “momento(s) de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação”¹⁰¹ nos tempos atuais. Michel Pollack debate esse conceito de forma que esses lugares nos mostram além de nossas percepções, que trazem experiências sensíveis no próprio espaço e no tempo, em diferentes camadas sociais.¹⁰²

Quando esse passado [de concepções de patrimônio para um grupo social mais fechado, como as elites] fazia falta, contribuindo ao mal-estar das periferias e das cidades-dormitórios, ele [(as novas concepções do conceito)] foi trazido à tona. Produziram lugares de patrimônio urbano para construir identidade.¹⁰³

Nesse contexto, François Hartog aborda em *Regimes de Historicidade*, as mudanças de noção de monumento histórico e patrimônio, as camadas sociais mais baixas precisavam de espaços de identificação e sociabilização, logo, a ampliação e multiplicação deste conceito, uma modernização dos debates cria o conceito de patrimônio natural, no qual aborda a noção e mudanças das paisagens e paisagens urbanas. Hartog ressalta que “reconhece-los em sua autenticidade, mas também [é] nossa responsabilidade encontra-se engajada em relações futuras”, pois esse debate sobre patrimônio natural já vem no século XX, considerado como parte das normas modernas.¹⁰⁴ Nesse sentido, o Parque se torna um espaço de sociabilização e

¹⁰¹ NORA, 1993.

¹⁰² POLLAK, op. cit, p. 9 -15.

¹⁰³ HARTOG, 2019. p. 234.

¹⁰⁴ Ibid., p. 243 – 236.

de identidade, uma vez que fora criado para atividades ambientais específicas, e sua construção mudou a paisagem do local e principalmente o contexto do meio urbano em que se encontra, no qual a paisagem ao redor modifica-se, mas o Parque permanece com o seu verde, destacando-se em meio ao cenário, mesmo em diferentes períodos de tempo.

Gilmar Arruda discute o meio natural com o patrimônio ambiental ligado à identidade como forma de cisão dos meios que sempre estiveram interligados, mas nunca estudados com um olhar mais “especial”, esse olhar se preocupa com a cultura regional ou nacional, com as mudanças de forma notável e não notáveis em meio social e geográfico, um estudo além da consciência ambiental, mas também da consciência histórica, de forma científica. Em seu estudo, Arruda afirma que, o patrimônio ambiental “deve ser preservado para o futuro como demonstração, prova, memória e identidade do “nosso” passado em comum”¹⁰⁵, uma vez que os meios naturais são importantes, assim como a cultura material, e precisam ser preservados como qualquer outro. Neste caso, temos no Parque Antônio Danúbio referências claras e naturais envolvendo a identidade da cidade de Ananindeua, como o Bosque dos Ananins (figura 7).

Quando nos referimos ao conceito de patrimônio em uma cidade, remete-se cultural e emocionalmente às lembranças de grandes construções monumentais antigas e distantes de alguns espaços urbanos, guardando uma grande carga do passado. Entretanto, é possível compreender que o patrimônio histórico e cultural vai além de questões materiais, mas também considerando às imateriais e naturais, todavia, só do passado, mas também do presente. Para abrangermos o debate deste tópico, precisamos conhecer melhor o que é o patrimônio ambiental urbano, com isso, Eduardo Yázigi afirma que

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se

¹⁰⁵ ARRUDA, 2007, p. 116.

reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir.¹⁰⁶

A partir do pensamento de Eduardo Yázigi podemos afirmar que o Parque Antônio Danúbio tem aptidão para ser um patrimônio ambiental urbano pois ele encontra-se em um meio urbano em constante urbanização, onde a natureza e grandes construções se encontram em um mesmo espaço, na BR – 316, no qual o Parque está envolvidos em políticas públicas de preservação, mas também pensado em criar novos espaços para o turismo e lazer dos ananindeuenses coabitarem, movimentando interesses econômicos e políticos no espaço e na cidade, principalmente onde ele se encontra, próximo de shopping, hospital, bancos, residências e uma movimentada avenida. Yázigi diz que são “manchas urbanas”, podemos reparar isso na figura 18. Ele acompanha também atividades de preservação em seu espaço e atividades ligadas principalmente as questões de Educação Ambiental, que acompanha esse processo de modernização da cidade, mas sem deixar de lado os espaços considerados naturais e culturais, portanto, podemos afirmar que o Parque encaixa-se nesse conceito.

Ampliando essa ideia, Andréa de Oliveira Tourinho e Marly Rodrigues¹⁰⁷ debatem que este conceito de patrimônio ambiental urbano possibilita as questões de preservação e planejamento nas cidades, unindo questões culturais e ambientais para a sociedade constituírem esses espaços. A natureza é encontrada na zona urbana neste contexto e como tantos outros é a mudança socioespacial que ocorre na cidade, à mudança e a permanência de paisagens e elementos, assim, a cidade também modifica a natureza de acordo com as suas necessidades.

Podemos perceber que o Parque tem potencialidade para ser um patrimônio ambiental e também uma fonte histórica, no qual esses espaços são importantes para o meio urbano, uma vez que trazem inclusões sociais, cidadãs e espaciais com a natureza e com a preservação pública, principalmente a partir de suas atividades educacionais e científicas, observando a manutenção e preservação pública a partir de seus trabalhos e das políticas públicas que o envolvem. Muito além de transformações paisagísticas, mas questões de educação ambiental, também ratificam a ligação entre humanos e natureza, preservação e proteção de bens culturais

¹⁰⁶ YÁZIGI, 2012, p. 28.

¹⁰⁷ DE OLIVEIRA, Andréa; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. **Revista CPC**, n. 22, p. 74 – 89.

locais. Segundo Antônio Arantes¹⁰⁸ as regras desses espaços dão sentido aos valores e concepções que são defendidos para muitos ambientalistas, técnicos e especialistas.

Neste contexto, dado o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, o Parque Antônio Danúbio encaixa-se nele, pois o mesmo não é tombado, e contribui atividades que envolvem a sociedade e com um grande conjunto arbóreo na cidade, como é possível observar nas figuras 3 e 18, em meio ao centro urbano de Ananindeua. Os critérios, nesse contexto, para considerá-lo um Patrimônio Ambiental Urbano vão desde o seu processo de criação, no qual as documentações e negociações afirmavam que o espaço deveria ter a interação do público e os devidos cuidados – pois se não houvesse a preservação do local de cessão, segundo o *Contrato de Cessão de Uso*, o mesmo seria devolvido à COSANPA – e a preservação desses agentes. Além disso, para ganhar mais força como um patrimônio ambiental para a cidade de Ananindeua, uma porcentagem significativa da cidade deveria reconhecê-lo como ou pelo menos interagir com o espaço de forma apropriada, o sentimento de inclusão e de pertencimento do espaço também é essencial para que ele seja reconhecido assim. Há um número considerável políticas públicas que asseguram a proteção e o reconhecimento do Parque, isto mostra, mais ainda, o potencial da pequena área para ser considerado um patrimônio para a cidade.

Existem vários aspectos que podem ser destacados para justificar uma negociação da narrativa patrimonial no Parque Antônio Danúbio como patrimônio ambiental da cidade de Ananindeua. Não apenas por explorar aspectos da natureza Amazônica em seu interior, mas, como ressaltado do capítulo anterior, feitos como o Bosque dos Ananis carregando em uma árvore o nome que originou o município, as atividades de Educação Ambiental que também podem ser voltadas à Educação Patrimonial, as Trilhas Ecológicas no qual carregam nome de lendas amazônicas. Essas atividades trazem aspectos voltados a proteção do espaço considerado verde e de área de proteção, assim como por ser uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) ela já traz um debate de preservação e conservação muito grande por causa de sua biodiversidade e também por conta de seus trabalhos comunitários e científicos.

Para além das políticas públicas, o Parque Danúbio carrega em seu espaço um grande debate sobre Educação Ambiental e Educação Patrimonial, sobre árvores que compõe a identidade e a memória da cidade e até mesmo espaços de lazer¹⁰⁹. O que suscita atenção no

¹⁰⁸ ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**. v. 4, n.1, p. 427, 2006.

¹⁰⁹ Essa discussão desenvolvemos melhor na Seção I.

Parque é a sua localização e o contexto da sua criação, pois, em meio à urbanização contínua conseguiu consolidar-se e formar referência na preservação ambiental e cultural de Ananindeua. Um fator intrigante, foi sua constante permanência e identidade mesmo na década de 70, onde o debate sobre a criação de espaços ambientais e culturais estava gradativamente aumentando e se tornando visível politicamente em abrir espaços de convivência, mas também de reestruturação de um município próximo de uma capital, no qual, mesmo não sendo pensado com todos esses princípios, esses espaços verdes dentro da cidade fazem parte de um trabalho de conscientização e preservação patrimonial, para além do que é tratado apenas como patrimônio material, há ainda o imaterial e o natural, por conseguinte.

O convívio dos seres humanos com rios, bosques e jardins, ao passar dos anos, tem sido cada vez menor, o Parque tenta criar essas estruturas em meio aos centros urbanos para ter a sensação de sustentabilidade e harmonia com o meio ambiente, contudo, modificando esses locais, ele também pode criar uma responsabilidade de cuidado do mesmo.



Figura 18 – Vista aérea do Parque Ambiental de Ananindeua, retirada do Relatório Geral do Parque Antônio Danúbio.

O mapa digital acima (figura 18)¹¹⁰, apresenta a localização em meio a Rodovia BR-316, no qual é possível perceber um fluxo de carros em sua frente, sendo assim um lugar de passagem. As laterais e nos fundos existem construções habitacionais e uma escola¹¹¹. Isso

¹¹⁰ Retirado da documentação oficial do Parque Danúbio

¹¹¹ A escola, no mapa, parece dentro do Parque, entretanto, a mesma não faz parte dele, apesar de ser bem ao lado. Ela fica ao lado esquerdo do mesmo, com a entrada na rua ao lado.

mostra como o Parque surge dentro de um espaço urbanizado, que certamente encara as constantes mudanças do ambiente.

Os lugares de passagem neste contexto referem-se a um conjunto de transformações, diferentes percepções e memórias coletivas ou individuais socioespaciais, trazendo uma sensibilidade e a necessidade de observar o Parque quando se passa em sua frente. Essa sensibilidade remete a percepção de objetos próximos ou interiores do Parque, a partir também da percepção de um indivíduo no seu lugar de passagem, como ele enxerga a área verde do Parque no seu cotidiano. Assim, “os estudos de história ambiental urbana [e as pessoas] precisam, portanto, considerar a paisagem social, com particular atenção (...), ao mesmo tempo que decifram as paisagens urbanas e natural”¹¹². Pois quando o cotidiano de um transeunte engloba caminhar próximo à região do Parque Danúbio – localizado em uma rodovia de grande movimentação em diversos horários do dia – é compreensível que exista um conjunto natural, mesmo que nem sempre seja capaz de perceber as diferentes construções e suas importâncias para a sociedade.

As propagandas acerca do Parque Danúbio – sejam por redes sociais, ou outros canais de comunicação – são de extrema relevância, haja vista que promovem sua popularidade como um parque municipal relativamente novo e que necessita de visibilidade, tornando mais fácil o acesso e a frequência de visitantes na região. Compreendendo sua importância social, econômica e cultural, assim como outros parques municipais da capital paraense, como o Museu Paraense Emilio Goeldi e o Jardim Botânico Bosque Rodrigues.

¹¹² MAIA, Andréa Casa Nova; EDREZ, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1996. *História Oral*, v. 2, n. 14, p. 252, 2011.



Figura 19 – MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Foto tirada de dentro do Parque Ambiental Antônio Danúbio, área de atividades ambientais. 2017.

Nas imagens 12 e 13, observa-se a área verde do Parque, que compreende algumas das várias atividades ambientais (detalhadamente explicadas na seção anterior), onde é possível enxergar ao fundo a logomarca de uma empresa que, assim como o Parque, está localizada na BR-316 e divide a atenção dos transeuntes. Neste mesmo contexto, é crível refletir sobre todos os apontamentos, conceitos e abordagens comentadas nesta pesquisa, como na figura 19, no interior do Parque, consegue ainda sim observar vínculos com o meio urbano modificado, como uma rodovia carrega vários meios de urbanização, meios de transporte, circulação de pessoas e ainda sim um parque ambiental.

O patrimônio natural que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atualmente considera como patrimônio cultural imaterial já era debatido na História Ambiental, preocupando-se com novos debates em torno ao meio ambiente, assim como o resto do mundo, passou a preocupar-se com causas que relacionassem esse debate ambiental.

compreender o significado do patrimônio natural hoje demanda um exercício de busca de suas raízes conceituais, o que deve ser feito considerando necessariamente o universo da proteção da cultura e do patrimônio cultural.¹¹³

O patrimônio natural e o patrimônio ambiental urbano, nesse contexto, debates para podermos compreender a importância do Parque Antônio Danúbio para a cidade de

¹¹³ SCIFONI, Simone. **Patrimonialização da natureza no Brasil: atualizando o debate** In: Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 36.

Ananindeua. Ele só é identificado de fato como patrimônio natural através de seu tombamento. Pois, “o patrimônio natural nasce na legislação brasileira sob as denominações naturais ou paisagens notáveis”¹¹⁴, e o Parque na sua atual conjuntura, como já fora dito, ele encontra-se em um lugar de passagem no qual é bem visível seu arvoredo. Entretanto, o Parque não é impedido de ter um reconhecimento de parque ambiental urbano e nem de patrimônio, pois existem grandes e pequenos parques e sítios reconhecidos, o que não impede a patrimonialização ambiental.

“É importante mais uma vez enfatizar que a dimensão do patrimônio natural que se apresenta nessas experiências é da natureza profundamente ligada tanto às práticas socioespaciais quanto à história da apropriação e construção de um território, elementos essenciais que diferenciam as áreas naturais tombadas de outras unidades de conservação protegidas por critérios que são os da biodiversidade.

Foi a experiência social de mobilização e luta que identificou no tombamento do patrimônio natural um caminho possível para garantir que referenciais dessa natureza entendida como memória social fossem resguardados como documento da própria história da cidade.”¹¹⁵

Um patrimônio só é reconhecido quando há políticas públicas envolvidas em seu reconhecimento ou até mesmo quando parte da população coabita o mesmo de alguma forma, enaltecendo sua importância para aquele lugar ou população. Nesse contexto, segundo Simone Sifoni, existem diversos critérios para tombamento de um patrimônio natural, elementos considerados essenciais que estão ligados às questões da biodiversidade e também importante para as questões socioespaciais, ao longo do tempo, essas questões foram cada vez mais batidas, pois, levar esse debate para além dos muros do Parque é essencial para preservar sua natureza, a paisagem cultural faz parte desse elemento em que a memória se encarrega de preservar não somente como um elemento natural espacial, mas também de questões de identidade e da história do próprio território de Ananindeua.

De acordo com as mobilizações de luta e de preservação, encontramos o Parque Antônio Danúbio em uma dimensão acessível para ser reconhecido como um patrimônio ambiental local. Isso só foi possível diante dos tombamentos dos patrimônios naturais de maior porte e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que mudou a perspectiva

¹¹⁴ Ibid., p. 37.

¹¹⁵ SCIFONI, op. cit, p. 50.

em volta desse debate sobre patrimônio¹¹⁶. Portanto, só é possível reconhecer este espaço do Parque como um patrimônio ambiental e ou natural¹¹⁷ devido a esses debates anteriores sobre ambientalismo e sobre a ampliação do conceito de patrimonialização cultural no Brasil e no mundo.

2.2. *O Parque e suas Políticas Públicas*

O geógrafo Eduardo Yázigi trabalha o conceito de *Patrimônio Ambiental Urbano*¹¹⁸ e traz este como algo que vive modificações constantemente, pois encontra-se em meio urbano e precisa adaptar-se a essas transformações quotidianas. Yázigi expõe que “não existe patrimônio sem historicização e viver o patrimônio significa também coabitar”.¹¹⁹ Portanto, o patrimônio, a proteção e a conservação do mesmo se observam através de políticas públicas para tornar viável a sociedade interagir com o objeto, cabendo ao governo auxiliar nessas políticas públicas e proporcionar aos cidadãos e turistas que encontrem meios para procurar o espaço, uma vez que “governar é construir estradas”¹²⁰ e contribuir beneficentemente para o desenvolvimento e preservação destes.

A construção de um patrimônio cultural em um território subdesenvolvido, com determinadas carências de espaço de sociabilidade e lazer tem, segundo Yázigi, uma inserção social em longo prazo, contudo, a administração governamental e do Parque precisam de estratégias e um planejamento para suas construções e cuidados¹²¹.

As políticas públicas neste contexto apontam a preocupação e a preservação do patrimônio histórico e cultural voltados ao Parque Antônio Danúbio, o intuito delas também é de promover manutenções ao mesmo. Por conta disso, é presente em leis federais, estaduais e municipais que protegem patrimônios e outros espaços, logo, o Parque encontra-se na proteção dessas organizações. Maria Cecília Fonseca afirma que devido à grande diversidade cultural e social do Brasil, diversos grupos precisam se reconhecer diante um patrimônio¹²², para a

¹¹⁶ No tópico 2.3 será debatida melhor esta abordagem.

¹¹⁷ Este debate será ampliado no tópico 2.3 do mesmo capítulo e na conclusão.

¹¹⁸ Ver YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*, v. 9, n. 1, 2012.

¹¹⁹ YÁZIGI, 2012, *passim*.

¹²⁰ VON SIMSON, 2000, p. 63-74.

¹²¹ YÁZIGI, *op. cit.* p. 68.

¹²² FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; Chagas, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 67.

participação ativa da população em espaços como o Parque, é preciso à identificação e meios que possam facilitar o acesso a história e as políticas públicas.

Pensando nos cuidados com o meio ambiente, podemos relacionar o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, no qual se preocupa com a preservação e as atividades que envolvem o cuidado com o meio ambiente no território brasileiro. Logo, pensando no Parque que encaixa perfeitamente nesse contexto, temos a lei municipal LEI No. 2.154, de 08 de julho de 2005, que também tem essa inquietação com a preservação das áreas ambientais da cidade de Ananindeua, o Art. 4 fala justamente sobre a proteção e preservação dos patrimônios naturais da cidade.

Art. 4 - Compõem o patrimônio natural os ecossistemas existentes no município de Ananindeua, com seus elementos, leis, condições, processos, funções, estruturas, influências, inter-relações e intra-relações, de ordem física, química, biológica e social, que contêm, possibilitam e selecionam todas as formas de vida.

§ 1o - A proteção do patrimônio natural far-se-á através dos instrumentos que têm por fim implementar a Política Municipal do Meio Ambiente.

§ 2o - A elaboração de normas sobre o uso ou a exploração de recursos que integram o patrimônio natural do Município, deverá observar e respeitar o previsto nesta lei, visando resguardar os princípios e objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente.

Este artigo também entra em conjunto com o art. 65 da mesma lei, que trata sobre zoneamento desta área ambiental do Parque:

Art 65 - O poder público, através da Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente elaborará um plano de zoneamento urbano-ambiental, de tal forma a balizar o planejamento urbanístico municipal no estabelecimento de políticas, programas e projetos, visando à ordenação do planejamento municipal na busca da qualidade de vida de seus munícipes.

Após a inauguração do Parque Antônio Danúbio em 2010, houve a criação de uma lei no ano seguinte, como já referido, a Lei no. 2.472, de 05 de janeiro de 2011¹²³ no qual protege a área de 3,544 hectares e perímetro de 806,83 do mesmo. Esta área é considerada uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) para o município de Ananindeua. Nesse quesito, há uma “mentalidade preservacionista [que] responde aos sentimentos provocados pelas

¹²³ Ver o Anexo 4.

transformações dos traços concretos que orientam o homem”¹²⁴, a necessidade em preservar o Parque é, diante à sua localização, tendo nesses documentos reivindicações para a proteção do espaço; além de suas atividades, estão preocupadas também com a manutenção e em sensibilizar a população ali presente sobre as questões ambientais.

Outro ponto importante dentro da administração do Parque é a sua “Política de Transversalidade”¹²⁵, o intuito deste programa é implementar dentro do mesmo as atividades de educação ambiental para a preservação do meio ambiente, além de fazer programações culturais e locais, provendo lazer e conscientização da sociedade que o frequente. O intuito dessas atividades são de desenvolver na população uma ligação com o meio natural, como forma de preservação e educação ambiental com o local e outros espaços presentes no cotidiano da população.

O Decreto-Lei Federal nº.25, de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, nele, podemos perceber a preocupação natural e ambiental:

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

As preocupações direcionam-se também para:

III - preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

- a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;
- b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;
- c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;
- d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

¹²⁴ D’ALESSIO, Márcio Mansor. Metamorfose do Historiador: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

¹²⁵ Corresponde ao nome dado para as ações administrativas sobre as políticas públicas ambientais do Parque Antônio Danúbio.

Neste ponto, o Parque tem como preocupação em suas atividades as questões dos pontos “B” e “D”. Mesmo não sendo tombado, ele é reconhecido pela Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua, principalmente por ser o primeiro parque da cidade, e em volta dele, como já fora citado, há leis que o protegem e administram-no. O ponto “D”, sobre questões folclóricas, traz em suas trilhas ecológicas o nome de lendas da região Amazônica¹²⁶, mostrando uma ligação do espaço com as tradições culturais populares da Amazônia¹²⁷.

Além destes, e muitos outros pontos apresentados neste Decreto-Lei Federal nº.25, de 1937 e depois com futuras ampliações das Política de Transversalidade¹²⁸ do Parque, é possível concluir que o mesmo está adentro de todas as normas políticas ambientais e principalmente dentro de políticas patrimoniais que asseguram proteção e preservação, circulação e administração dos espaços socioambientais do Parque. Ressalta-se aqui que construção dos espaços e vínculos para com a comunidade deve ser amplamente desenvolvida e pública, logo, considerar os grupos que vivenciam em torno do seu cotidiano e da sua cultura, a preservação do patrimônio é de respeito ao meio ambiente e aos bens culturais, e é de extrema importância o reconhecimento desses espaços¹²⁹. O seu reconhecimento como um lugar que apresenta e reconhece o valor dele para a cidade é de suma relevância, pois, constrói uma crítica necessária para o desenvolvimento da pesquisa e da cultura, portanto, termino este tópico com uma provocação a ser respondida no próximo: o Parque Antônio Danúbio, como podemos entendê-lo para a cidade de Ananindeua, como ele pode ser um Patrimônio natural ou ambiental para a cidade.

2.3: Parque Ambiental Antônio Danúbio, por que um patrimônio ambiental urbano

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conhecida como UNESCO, traz um novo debate em 1972 na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, sobre a ampliação do patrimônio, no qual, o patrimônio natural estava sendo implementado como nova abordagem universal.¹³⁰ O momento era de preocupar-se não apenas com as tradições e evolução, mas com uma proteção, o desenvolvimento e preservação de novos objetos vistos como importantes para as sociedades, principalmente das

¹²⁶ Abordado na Seção I.

¹²⁷ Observar figuras 9 e 10.

¹²⁸ Ver o Anexo 1 da pesquisa.

¹²⁹ Fala da professora Lourdes Gonçalves Furtado, na palestra intitulada “Comunidade e Pesquisa para o Desenvolvimento e Preservação do Patrimônio Cultural”, ocorrida no evento “Museu de Portas Abertas” no Museu Emilio Goeldi, em 09 de outubro de 2019.

¹³⁰ TREVISAN, 2018, p. 231-233.

questões ambientais, visando o presente e o futuro, não mais apenas o passado. François Hartog afirma que, “o patrimônio, que doravante é o mesmo tempo cultural e natural”¹³¹ no mundo inteiro.

A História Ambiental permite conhecer a dinâmica de dada sociedade considerando a perspectiva ambiental. Essa pesquisa analisa a criação do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva afim de compreender essa ação do poder público da cidade de Ananindeua. Segundo a Lei nº 2472 de 05 de janeiro de 2011, Artigo 2º, já referida, o parque tem o objetivo de promover atividades ambientais e culturais para a proteção, conscientização ecológica e patrimonial do mesmo. O patrimônio ambiental urbano deve “discutir tanto a necessidade do homem localiza-se no tempo quanto no espaço, e as relações entre a ‘consciência histórica e a ‘consciência espacial’”¹³², pois o “conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir.”¹³³. O Parque “sendo produto de configurações geográficas notáveis também constitui patrimônio, mas como a sociedade é cada vez mais dinâmica, a preservação se depara com a difícil tarefa de garantir bens que se transformam constantemente”¹³⁴ dentro da contínua urbanização da cidade de Ananindeua.

Vale ressaltar a ampliação do conceito de patrimônio cultural ao longo dos anos no Brasil, compreendeu que o conceito não estaria ligado apenas ao material, mas pode ser também imaterial, arqueológico e natural. A História se conecta com a História ambiental nesse contexto. Os parques ambientais, como por exemplo, o Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, criado com o intuito de uma proteção ambiental de um território, preservando um espaço, uma memória ou identidade comum¹³⁵. Nesse caso, da cidade de Ananindeua, é possível perceber a criação de um parque – e através das fontes coletadas – houve um intuito semelhante, que sua construção envolve interesses políticos e de poder, mas também pode vincular a uma linha de áreas econômicas, sociais e culturais.

A criação de um parque para a cidade de Ananindeua, devido a sua característica de cidade dormitório, principalmente agregando classes sociais de média e baixa renda, atribuiu ao espaço urbano um local de sociabilização, no qual agrega atividades e lazer para esses

¹³¹ HARTOG, 2019, p.240.

¹³² ARRUDA, 2007, p. 121.

¹³³ YÁZIGI, 2012, passim.

¹³⁴ YÁZIGI, 2012, passim.

¹³⁵ Exemplo feito por Gilmar Arruda, quando fala sobre o processo de construção do homem na natureza, falando também dos patrimônios naturais que passaram a existir nos centros urbanos.

cidadãos que procuram um espaço próximo de casa, com a necessidade de uma locomoção acessível – não precisando se locomover para a capital – de diversão que consiga agregar o social e memórias dentro de um só espaço, a sua criação é um fato histórico que marca a cidade em sua construção mostrando em alguma medida a preocupação com a questão ambiental.

Ao aumento das informações disponibilizadas para acesso público não corresponde imediatamente, a possibilidade de compreensão da realidade em que se vive. Faz-se necessário o processo de elaboração que transforma determinada imagem ou texto em documento histórico.¹³⁶

A necessidade de ampliação dos meios de comunicação de propaganda do Parque, diferente de parques da capital, o Danúbio é uma recente, e muitos não o enxergam cotidiano ou como espaço de lazer, ou seja, não o conhecem, pois a propaganda em torno dele não é tão bem feita. O problema que envolve a população em utilizar mais o Parque é justamente a acessibilidade ao longo dos anos, uma vez que o acesso pela BR-316 é de difícil acesso, não tendo um estacionamento próximo; a parada de ônibus é relativamente perto, mas para quem está do outro lado da rua não pode contar com uma faixa de pedestres. Além disso, o baixo alcance e visibilidade das propagandas acerca do Parque – sejam em jornais físicos, redes sociais e veículos midiáticos – proporciona aos cidadãos pouco conhecimento sobre as atividades realizadas no parque, provocando a ausência de interessados e suscitando a necessidade de se repensar nas estruturas físicas e de autopromoção do Parque Danúbio.

¹³⁶ PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. As transformações da paisagem: documentação e memória social. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v, 9, n. 1, 2016, p. 2.



Figura 20 – Faixada do Parque Ambiental Antônio Danúbio, 2010. Tirada do Site Parque Ambiental de Ananindeua. Disponível em: > <http://parqueambientaldeananindeuadanubio.blogspot.com/>

Nesse contexto, “a segmentação urbana existe e é excludente em muitos aspectos. Quando identidades urbanas operam recortes no espaço e delimitam seus próprios territórios, estão, de fato, criando fronteiras e estabelecendo critérios de pertencimento, o que implica restrições de acesso”¹³⁷. Portanto, é preciso criar uma viabilidade e uma maior visibilidade do Parque, pois o mesmo era pouco reconhecido, e até mesmo pouco percebido na BR- 316, pois não havia meios de acesso fáceis e nem uma placa chamativa para ele, na inauguração do mesmo em 2010.

A ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social. É uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar e marcas dos grupos humanos¹³⁸.

Logo, o Parque encaixa-se no processo de transformação da vida Moderna, uma vez que vive essas experiências de modificação da paisagem e da ampliação da cidade de Ananindeua.

¹³⁷ LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço e enobrecimento urbano. In: **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte. PUC, Minas/EDUSP, 2006, p. 23 – 44.

¹³⁸ D’ALESSIO, 2012, p.79.

Ressaltando o pensamento de Eliana Bastos sobre esses processos, encontram-se construções sobre uma nova identidade social urbano-rural e espacial na cidade.¹³⁹

a verdade é que o ambientalismo, a conservação e o estabelecimento de parques têm sido projetos eminentemente cosmopolitas, transnacionais em termos de constituição e composição, planetários no seu comprometimento e consciência, universais nas suas reivindicações e ambições e, certamente, convictos da legitimidade e urgência da sua missão.¹⁴⁰

“A percepção paisagística também foi sendo alterada, pelas possibilidades de técnicas ou fatores culturais”¹⁴¹ A criação de espaços considerados naturais, como sítios e parques ambientais nas cidades pode ser considerada parte dessa transformação moderna, sem tirar os vínculos naturais de um passado longínquo, atinente sempre a um presente-futuro preocupado com sua identidade, aqui neste contexto referente à Amazônia. Por conta disso, ao mesmo tempo em que a modernidade preocupa-se em aperfeiçoar-se e crescer, parte deste crescimento também está ligado em preservar os espaços naturais de um território. “O cosmopolitismo associado aos parques alerta-nos para os conflitos e contestações que surgem a partir de percepções antagônicas do mundo que estiverem envolvidas na construção de um “planeta protegido””¹⁴² e do que se espera futuramente, portanto, há construções e atividades vinculadas à educação ambiental como uma urgência para evitar problemas futuros ligados às questões naturais perto e dentro dos centros urbanos.

A vontade de impor certa permanência à vulnerabilidade do ambiente, imposta pela lógica política-econômica, fez pensar que a evolução da memória pudesse estimular um sentimento de defesa cultural¹⁴³

É pertinente o debate da memória através da História ambiental, principalmente quando falamos do Parque Danúbio, pois, para além de interesses políticos envolvidos na construção do parque municipal, também temos um interesse econômico, voltados a pesquisa e turismo. Tudo isso estimula não apenas espaços de lazer, mas também de interesses que possibilita a preservação cultural de Ananindeua. A preservação do Danúbio traz à tona um múltiplo debate

¹³⁹ BASTOS, 2013, p. 30

¹⁴⁰ GISSIBI, 2014, p. 47.

¹⁴¹ PIMENTA, 2016, p. 3.

¹⁴² GISSIBI, op. cit., p. 49.

¹⁴³ PIMENTA, op. cit., p. 8.

sobre sua história e sua patrimonialização enquanto espaço ambiental no próprio tempo presente.

Se identidade, memória e patrimônio são ‘as três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade¹⁴⁴

A memória tem um grande papel perante o estudo de Parques, pois ela reforça a preservação desses espaços perante a sociedade. Essa preservação não apenas no sentido de conservar materialmente, mas também através do imaginário da população, criando um sentimento envolvido. Segundo Hartog, a memória tem o papel de responsabilidade perante o tempo presente, de duplo sentido ao passado e do futuro. É a memória que vai se encarregar da patrimonialização e dos dispositivos da precaução e da responsabilidade pela consideração humana com os objetos, nesse caso, desses espaços ambientais, nesse caso, do Parque Danúbio¹⁴⁵, é a memória que vai criar a sensibilidade em perdurar esse espaço em diversos períodos, tanto no passado, antes da construção, no momento em que ele está atuando e no futuro para continuar funcionando as diferentes atividades. Nesse mesmo contexto, a identidade e a memória trabalham juntas nos aspectos de patrimonialização desse espaço ambiental, pois é no patrimônio que conseguimos identificar e preservar diferentes desígnios para esse espaço, portanto, o Parque fala muito sobre “a passagem de uma percepção estética da natureza e uma representação patrimonial do meio ambiente, ligando fortemente a memória e território”¹⁴⁶.

¹⁴⁴ MARTINS, Artelane. “Os lugares” e sua dimensão imaterial. In: Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio. Ceará: Fundação Demócrito Rocha. 2020, p. 103.

¹⁴⁵ HARTOG, 2019, p. 257 - 258.

¹⁴⁶ HARTOG, op, cit. p. 242

CONCLUSÃO

A História pode trazer a sensibilidade e a memória dos espaços ao longo do tempo, a cultura vive a modernidade e “a transmissão de um saber histórico deriva principalmente da valorização do patrimônio”¹⁴⁷, e o Parque retrata essas mudanças e permanências naturais em meio urbano através da paisagem e de relatos, a reorganização da natureza na cidade também trabalha o “surgimento dos atuais territórios e territorialidades”¹⁴⁸ e como eles se organizam no espaço. Por conta disso, diante a documentação e as fontes levantadas, é possível perceber uma preocupação sobre a preservação do espaço em que se encontra o parque ambiental, é claro que, diante dessa exaltação natural existe também interesses políticos, visando uma glorificação de ambições a uma figura política e aos novos debates preservacionistas que ocorrem desde o século XX. Simon Schama afirma que existem culturas que abraçam a natureza e a paisagem mais que outras¹⁴⁹, contudo, existe um cenário para além de criação de espaços de lazer, mas também de promoção política ligada à questões ambientais, que é um tema ainda muito recente no mundo contemporâneo, portanto, percebemos uma memória seletiva em relação a construção desses espaços ligados a natureza e suas construções paisagísticas.¹⁵⁰

Para que o Parque Antônio Danúbio seja considerado um patrimônio, segundo Simone Scifoni, ele precisa passar por um processo de valoração ou de reconhecimento em sua região, e também o valor que o qualifica como protegido¹⁵¹, principalmente pela população da cidade. Nesse contexto, foi possível observar na tomada anterior às políticas públicas que protegem o mesmo como área de preservação natural, já que é uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e de importantes atividades para o município de Ananindeua e para a região.

o patrimônio natural para além da natureza concebida como intocada ou como *wilderness* (...) [obtem também] a noção incorporando áreas profundamente transformadas ou agenciada pelo trabalho humano, como significados vinculados à história dos grupos sociais e às diferentes formas de apropriação do território.¹⁵²

Nesse contexto, o Parque encaixa-se no debate, pois também houve uma apropriação do local, uma vez que fora doado pela COSANPA para a criação de uma Unidade de Conservação,

¹⁴⁷ CHOAY, 2006, passim.

¹⁴⁸ARRUDA, Gilmar. A grande transformação e a biota cultural das populações em movimento. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 2, 2010. P. 300-301.

¹⁴⁹ SCHAMA, Simon. Introdução. In: **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 25.

¹⁵⁰ Ibid., p. 28.

¹⁵¹ SCIFONE, 2018, p.38

¹⁵² Ibid., p. 40

um Parque Natural, e a apropriação do território para atividades vinculadas à prática de preservação foram atribuídas ao espaço, com a finalidade de conferir pesquisas, convivência e atividades à sociedade.

Ressaltando a importância de parques ambientais pelo Brasil, há leis protegendo os parques urbanos e suas manutenções, dentro dessas leis de proteção e do tombamento do patrimônio natural, tem como alvo ter em destaques objetos que ressaltem a “expressividade, raridade ou beleza excepcional ou pelo que tal representa em termos de interesse turístico, social ou científico”¹⁵³, o Parque traz, as pesquisas – em biologia, história, geografia, agronomia, engenharia florestal, entre outras áreas – com universidades estaduais, federais e particulares da região paraense, trilhas ecológicas, atividades com práticas escolares sobre educação ambiental, além de obter a diversidade e o arvoredo dentro do mesmo, e claro, o conspícuo do Parque, o bosque dos Ananins. Notando o reconhecimento da ciência das pesquisas e da ciência das comunidades em torno do mesmo¹⁵⁴.

O único problema que o Parque percorre em sua vida são os problemas de acessibilidade e de publicidade, o que pode ser revolido com programações feitas pela Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua junto com o a coordenação do Parque Ambiental Antônio Danúbio e a Prefeitura. Este trabalho científico para a população é de extrema importância, uma vez que a mesma pode reconhecer o Parque como patrimônio, tanto para pesquisa quanto para a cultura local. “A noção de patrimônio ambiental urbano aqui proposta não precise ser monumental, nem tombada, é o próprio compromisso social que nos insta proteger a sociedade em seu espaço banal.”¹⁵⁵. É necessário mediadores, sejam servidores públicos ou não, para propagação da educação patrimonial e ambiental de uma forma abrangente, em relação ao Danúbio, é válido informações mais acessíveis, além de um planejamento urbano em torno do parque para dar acessibilidade à população neste espaço.

Podemos colocá-lo como aquele que interliga o natural com o social ao longo do tempo, construindo conscientização e memórias no lugar e, o que Simone Scifone chama de referências espaciais que conduzem diferentes experiências. Utilizando-se da análise de Hartog, é possível compreender que o Parque Danúbio pode não ser reconhecido nacionalmente como um

¹⁵³ SCIFONE, op. cit, p. 42

¹⁵⁴ Fala da professora Lourdes Gonçalves Furtado, na palestra intitulada “Comunidade e Pesquisa para o Desenvolvimento e Preservação do Patrimônio Cultural”, ocorrida no evento “Museu de Portas Abertas” no Museu Emilio Goeldi, em 09 de outubro de 2019.

¹⁵⁵ YÁZIGI, 2012, p. 26.

Patrimônio Natural, até mesmo por causa de seu tamanho, mas as esferas que os protegem como parque ambiental culminam em sua essência e encaixa-se na esfera patrimonial, contudo, seu reconhecimento social ainda é de extrema importância.¹⁵⁶

Conclui-se, portanto, que o Parque Antônio Danúbio tem uma enorme competência para ser reconhecido como um patrimônio ambiental urbano local, de fato, como primeiro parque ambiental de Ananindeua, mas que poderia ganhar mais força caso fosse incentivado a população torná-lo parte da sua história. Ele tem suas construções e memórias, espaços e contribuições voltados para a sociedade local e acadêmica, ressaltando então que, o “patrimônio não deve ser observado do passado, mas preferencialmente do presente, como categoria de ação do presente sobre o presente”¹⁵⁷. Deste modo, a veracidade do Parque é de que ele contém todos os elementos para sua preservação e valorização quanto parque ambiental e protegido por lei para ser considerado um patrimônio local. A sua conservação é principalmente por meio social, assim como de forma vultosa, ou seja, a população é um importante fator para a sua estabilidade.

Segundo Margareth Pimenta, apenas a coletividade consegue impor uma cultura preservacionista, logo, para conseguir desenvolver uma consciência social¹⁵⁸, vale ressaltar que, sem o conhecimento do mesmo para atividades e projetos culturais, dessa consciência social como um todo, o Parque poderá ser deixado de lado pelo governo com a justificativa de que ele não contribui para o acesso da população, todavia, já fora visto no capítulo I, que o mesmo tem projetos ambientais interdisciplinares de suma relevância para sociedade, e até mesmo o fato do *Contrato de Cessão de Uso*, no qual reivindica o envolvimento da população para com o espaço.

Com o estudo dos parques, especificamente o Parque Danúbio, é possível compreender as estruturas cidadinas de uma sociedade, principalmente a da cidade de Ananindeua através da sua rápida transformação urbanística, e como os espaços ambientais contam essas histórias através do tempo. O Parque torna-se um túnel do tempo, uma fonte história, na medida em que é um registro da floresta que ocupava toda a extensão da BR e se ligava ao parque Utinga, não apenas para falar do passado, mas também do presente para o futuro, com memórias

¹⁵⁶ HARTOG, op, cit, p. 237; GLEVAREC; SAEZ, p. 263.

¹⁵⁷ HARTOG, op, cit, p. 237; GLEVAREC; SAEZ, p. 263.

¹⁵⁸ PIMENTA, 2016, p. 7.

naturais de um passado, próximo à floresta Amazônica, a natureza como um patrimônio cultural, herdada mesmo após a modernização.

As memórias são muito importantes para compreendermos esses processos do presente-passado em torno e dentro dos parques, de acordo com a modernidade vivida, já que os parques são criações desse momento moderno. Por conta disso, esse estudo dos parques vai muito além de desenvolvimento, mas também de transformações e ressignificações dos espaços dentro de uma cidade. Trazendo muito mais que espaços de convivência, mas de ciência e da cultura e da identidade, de discursões do ontem, do agora e do amanhã.

Os parques contam segredos que a sociedade não consegue ver, ou pelo menos não se permite. “A patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente mais concreta e mais nova da noção, abre incontestavelmente para o futuro ou para novas interações entre o presente e o futuro”¹⁵⁹. O estudo do Parque Antônio Danúbio vai além da paisagem cultural, mas da esfera social que percorre ao longo do tempo as mudanças sociais e ambientais em torno do mesmo, uma conscientização e de preservação, um debate sobre História e Patrimônio como um todo. Como a paisagem, sendo um agente histórico, muda com tantas transformações urbanas, contudo, ainda existem locais de memória, naturais, que também trazem ressignificações pessoais, coletivas e regionais, como é o caso do parque estudado. No lugar de passagem, o Parque pode não parecer tão importante, mas ele interliga projetos ambientais, uma paisagem herdada¹⁶⁰, que cria uma memória da floresta Amazônica no próprio município e aproxima o homem do passado-presente com uma eterna modernização dos espaços sociais e poderia contribuir com a volta do olhar dos moradores de Ananindeua para a valorização da natureza.

¹⁵⁹ HARTOG, 2019, p. 245.

¹⁶⁰ PIMENTA, 2016, p. 2.

Fontes

ANANINDEUA (Município). Decreto no 14.598, de março de 2011. Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo da ARIE “Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva”, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Ananindeua, PA, 4 mar. 2011. p. 3.

ANANINDEUA (Município). Lei Municipal no 2.510, de 23 de maio de 2011. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Ananindeua, PA, 23 mai. 2011.

ANANINDEUA (Município). Lei no 2.183, de 28 de dezembro 2005. Revoga a Lei no 1.152/1992, e institui a Guarda Municipal de Ananindeua como órgão subordinado ao chefe do poder executivo municipal, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Ananindeua, PA, 28 dez. 2005.

ANANINDEUA (Município). Lei no 2.472, de 05 de janeiro de 2011. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA” e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Ananindeua, PA, 17 jan. 2011. p. 6.

ANANINDEUA (Município). Prefeitura Municipal de Ananindeua. **Ofício nº. 0666/2010 – PROGE**. Ananindeua, Pa: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 28 out. 2010. Assunto: CONTRATO Nº 060/2010 – COSANPA/PMA ÁREA PARQUE AMBIENTAL DE ANANINDEUA: Contrato de Cessão de Uso

ANANINDEUA. Prefeitura Municipal de Ananindeua. **Ofício nº 148/2008**. Ananindeua, PA: 15 mai. 2008.

ANANINDEUA. Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente. **Ofício nº 238/08**. Ananindeua, PA: 14 abr. 2008.

BELÉM. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. Assunto: Análise E Parecer Técnico Do Projeto Do Parque Ambiental De Ananindeua.

BELÉM. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. **Memorando nº 0534/2008**. Belém, PA: 22 jul. 2008.

BELÉM. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. **Ofício nº 1.016/2008**. Belém, PA: 18 nov. 2008.

BELÉM. Secretaria de Saneamento do Pará – COSANPA. **Parecer nº 068/2008**. Belém, PA: 23 set. 2008.

Bicho Preguiça, morador do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio, 2020 – Foto tirada das redes sociais do Parque. Instagram: @parquedanubio_oficial.

BRASIL, **LEI No. 2.154, De 08 de julho de 2005**. Dispõe sobre a política municipal de meio ambiente no município de Ananindeua e de outras providências.

BRASIL. Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). **Ofício nº 1.1016/2008**. Belém, PA. Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). 18 nov. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. **LEI nº 1713, de 14 de junho de 1937.** Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

BRASIL. **LEI No. 2.472, De 05 de janeiro de 2011.** Gabinete Do Prefeito Municipal De Ananindeua-Pa. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA” e dá outras providências.

BRASIL. PORTARIA NO 02, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011. **Estabelece As Normas De Uso Público Da Arie “Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço Da Silva”, E Dá Outras Providências.** Ananindeua – PA, fevereiro de 2011.

Diário do Pará, nº 32981, 01 de outubro de 2010.

Diário do Pará, nº 32981, 03 de outubro de 2010.

Diário do Pará, nº. 9.467, 07 de junho de 2010.

Faixa do Parque Ambiental Antônio Danúbio, 2010. Tirada do Site Parque Ambiental de Ananindeua. Disponível em: > <http://parqueambientaldeananindeuadanubio.blogspot.com/>

Fonte: Antônio Danúbio, foto extraída do Jornal Diário do Pará nº9.467, 07 de junho de 2010, notícia de seu acidente.

Foto do Mapa da localização do Lote B pertencente à Companhia de Saneamento do Pará, espaço do Utinga desapropriado do Parque.

HISTÓRICO DE APRESENTAÇÃO DO PARQUE ANTÔNIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA. Ananindeua: Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio.

Mapa Retirado do Documento Parque Geral. Croqui de Alocações dos Ambientes do Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva.

Memorial descritivo do Terreno de Mananciais hídricos da COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará – Parte Incidente do Município de Ananindeua, [2009?].

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Área de atividade interdisciplinar, canteiro feito por alunos de universidades públicas, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Área para atividades, jardim suspenso feito de material reciclado, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Bosque dos Ananins, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Cantinho medicinal, feito por alunos de universidades públicas e particulares, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, área para atividades, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, área para atividades, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, local para práticas sociais e educacionais, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Espaço de convivência, local para práticas sociais e educacionais, encontra-se no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2019.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Foto tirada de dentro do Parque Ambiental Antônio Danúbio, área de atividades ambientais. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Placa de unidade de conservação, o Parque

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Placa do Bosque dos Ananins, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 2017.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Trilha da Mãe D'Água, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 28 de junho de 2019.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. Trilha da Matinta, encontrado no Parque Ambiental Antônio Danúbio. 04 de maio de 2017.

Notícia sobre a Inauguração do Parque Antônio Danúbio, jornal Diário do Pará, nº 3298, 03 de outubro de 2010.

O Liberal, nº 32981, 03 de outubro de 2010.

RELATÓRIO GERAL DO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA. Ananindeua: Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio, [2011?].

Vista aérea do Parque Ambiental de Ananindeua, retirada do Relatório Geral do Parque Antônio Danúbio.

Vista do lago do Parque: nascente natural do Utinga, dos lagos Bolonha e Água Preta. Imagem retirada da Documentação do Parque Ambiental Antônio Danúbio.

REFERÊNCIAS

- ((o))eco** – O que é uma Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29193-o-que-e-uma-area-de-relevante-interesse-ecologico/> Acesso: 24 março. 2020.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, 1998, p. 5-26.
- ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**. v. 4, n.1, 2006, p. 425-435.
- ARRUDA, Gilmar. A'grande transformação'e a biota cultural das populações em movimento. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 2, 2010. P. 300-301.
- ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**. v. 2, n. 2, 2007, p. 110-125.
- BASTOS, Eliana Benassuly Bogéa. Diagnóstico do território da cidade: Ananindeua. In: **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará**. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p. 27 – 35.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. pp. 24-49.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. **História & Ensino**, v. 9, 2003, p. 37-61.
- BRASIL. LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso: 31 julh. 2019.
- CABRAL, Luiz Otávio. DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. Sao Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p. **Geosul**, v. 15, n. 29, 2000, p. 144-154.
- CARVALHO, Aline Vieira. **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. Org. Aline Vieira de Carvalho, Benjamin Ortiz Espejel, Tiago Juliano 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- CASTELNOU, NETO. Antônio M.N. **Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos**. 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, Curitiba.
- CASTRO, Ronaldo Souza de; et. al. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: _____. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. Cortez, 2000. p. 157-178.

CHOAY, Françoise. O Patrimônio na Era da Indústria Cultural. In: **A Alegoria do Patrimônio**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 205-237.

D’ALESSIO, Márcio Mansor. Metamorfose do Historiador: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

DE BARROS, Wanderbilt Dyarte. **Parque Nacional do Itatiaia**. Serviço de informação Agrícola, 1957.

DE OLIVEIRA TOURINHO, Andréa; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. **Revista CPC**, N.22. 2016, p.70 – 91.

DE QUEIROZ ANDRADE, Alex; DAS CHAGAS, Daniela Samara Abreu; FERNANDA, Isabella. A importância do Parque Ambiental Antônio Danúbio na construção da percepção ambiental de estudantes do ensino básico, Ananindeua-Pará. Apresentação em Pôster: **III Congresso Internacional das Ciências Agrárias (COINTER – PDVAGRO 2018)**. 2020.

DE SOUSA, José Fernando Moreita et al. Planejamento, Gestão E Uso Público Do Museu Parque Seringal Em Ananindeua-Pará. In: **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer** / Mirleide Char Bahia, Silvio Lima Figueiredo Organizadores. – Belém: NAEA, 2016, p. 107 – 126.

DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: **EDUFF**, 1997.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais do Brasil: tradições culturais, historiografia e transformações. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista de La Salcha**. v. 9, n. 2, 2019, p. 16 – 44.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; Chagas, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GISSIBI, Bernhard. Os parques nacionais como cosmopolitismo. In: “**Os Limites da História Ambiental: Uma Homenagem a Jane Carruthers**,” *RCC Perspectives*, no. 1, 2014, p. 47 – 52.

GUIMARÃESS, Leandro Belinaso. A importância da história e da cultura nas leituras da natureza. **Revista Inter Ação**, v. 33, n.1, 2008, p. 87 – 101.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. E ed., 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. P. 267.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. **Sobre la historia**, p. 23-37, 1998.

IBGE. **Estimativas de população dos municípios para 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 11 de outubro de 2019

InfoEscola – Iara. Disponível em: > <https://www.infoescola.com/folclore/iara/>
KÜHL, Beatriz Mugayar et al. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu**

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5 ed. São Paulo: Contexto. 2010.

LEI Nº 2472/2011. **Cria A Área De Relevante Interesse Ecológico (Arie) Denominada "Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço Da Silva" E Dá Outras Providências**. Ananindeua – Pa. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/anandindeua/lei-ordinaria/2011/248/2472/lei-ordinaria-n-2472-2011-cria-a-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-denominada-parque-ambiental-antonio-danubio-lourenco-da-silva-e-da-outras-providencias> Acesso: 22 jul. 2019.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço e enobrecimento urbano. In: **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte. PUC, Minas/EDUSP, 2006, p. 23 – 44.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, v. 2, n.14, p. 221 – 254. 2011.

MAUCH, Christof, e Libby Robin, “Os Limites da História Ambiental: Uma Homenagem a Jane Carruthers,” **RCC Perspectives** 2014, no. 1.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, Ano VI, n. 6, 2005, p. 45-51.

Ministério do Meio Ambiente – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs> Acesso: 24 março. 2020.

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: questões e debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPURS, v. 5, n. 1, jan/jun. 2012, p.101 – 112.

MUNARO, Luís Francisco. Aspectos da imprensa e modernidade amazônicas: um estudo do centro às periferias. **TROPOS**, v. 1, n. 2, 2014.

MURAKAMI VIDIGAL, Victória Emi. A importância do parque ambiental Antônio Danúbio para a cidade de Ananindeua. **Jornal Roteiro de Notícias**. Disponível em: <https://jornalroteirodenoticias.com.br/a-importancia-do-parque-ambiental-antonio-danubio-para-a-cidade-de-anandindeua/> . Acessado em: 29 de outubro de 2020.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OJIMA, Ricardo et.al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o conceito sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Caderno Metrópole**, v. 12, n. 24, p.395 – 415, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudo Avançados**, 2010, p. 81-97.

Parque Ambiental de Ananindeua – Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio. Disponível em: > <http://parqueambientaldeananindeuadanubio.blogspot.com/> **Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010.

PEDIRNI, Alexandre de Gusmão. Avaliação da educação ambiental no ecoturismo (em trilhas) no Brasil: uma proposta baseada na qualidade conceitual. **OLAM Ciência & Tecnologia**. Rio Clarp/ SP, v.6, n. 2, p. 83 – 106, 2006.

PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 115 – 140. 2006.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. N°3. 1989. p. 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

REFERENCIAS ONLINE

REIS, José Carlos. O surgimento da “Escola dos Annales” e o eu “programa”. In: **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2000, p. 65-90.

RIBEIRO, Gustavo Lins. BARROS, Flávia Lessa de. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. **Viagens à Natureza: Turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 27-42.

SARAIVA, Luã Melo *et al.* Relatório Vivencias. Coordenado por Roberta Danyele Oliveira Raiol. Universidade da Amazônia (UNAMA). Belém – Pa, 2016.

SCHAMA, Simon. Introdução. In: **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13 – 30.

SCIFONI, Simone. **Patrimonialização da natureza no Brasil: atualizando o debate** In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 35-58.

SERRANO, Célia Maria Toledo. Uma introdução a discussão obre turismo e ambiente. **Viagens à Natureza: Turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 11-26.

SILVA, Denisson Coelho da. **Educação ambiental e a Guarda Civil Municipal de Ananindeua: um estudo de caso no Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva**. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal Rural da Amazônia, Bacharelado em Agronomia.2019.

SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. O Caminho dos Parques Urbanos Brasileiros: da origem ao século XXI. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 40, n. 3, p. 287-298, 2013.

TEXEIRA, Simone. A Educação Ambiental e a Educação Patrimonial no âmbito da gestão ambiental pública no Brasil. In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 463 – 486.

TREVISAN, Fernanda Lodi. Patrimônio mundial e a legitimação do controle do território: a influência da UNESCO no fechamento da Estrada do Colono In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 231 – 248.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Arquivos Fontes e Novas Tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000: 63-74.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

WORSTER, Donald. Por qué necesitamos de la historia ambiental?. En libro: **Revista Tareas**, Nro. 117, mayo-agosto. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos, Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá. 2004. pp. 119-131.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. A conceituação de Patrimônio Ambiental Urbano em Países Emergentes. **Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**, n.12, p. 65-81, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**, v. 9, n. 1, 2012.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003, 190 p.

ANEXO 1¹⁶¹

HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO

O Município de Ananindeua não possuía espaços públicos como parques ambientais urbanos até o ano de 2010. Visando mudar essa realidade surpreendente para uma cidade de cerca de meio milhão de habitantes (terceira maior cidade da Amazônia brasileira, em termos populacionais), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua iniciou o planejamento para criação de parques ambientais no município no ano de 2008. Primeiro parque ambiental do município, o “Parque Ambiental Antônio Danúbio” (BR-316, km 5), foi inaugurado em 1º de outubro de 2010. Possui área de aproximadamente 3,5 ha, relativamente pequena, mas de muita influência no contexto onde está inserida, uma vez que situada em área urbana consolidada e contando com nascente natural do Utinga, dos lagos Bolonha e Água Preta.

O Parque possui guaritas, quiosques de educação ambiental, anfiteatro, trilhas ecológicas. É composto por prédios construídos em madeira de lei apreendidas em operações de fiscalização e doadas pelo IBAMA. Esses prédios comportam o Complexo de Educação Ambiental que abriga sala da Coordenação de Educação Ambiental, Sala Verde “Flor do Anani” e Galeria “Seu Nazareno”, entre outros espaços que servem à administração e aos visitantes, como o auditório com sala de projeção, a Biosala, a Casa da Árvore, o Jardim Sensorial e o Bosque dos Ananis, espaço criado para a preservação da espécie da flora que dá nome ao Município.

O Parque funciona de terça a domingo, de 8h às 17h para visitação (livre ou agendada). Categorizada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), o Parque Ambiental “Antônio Danúbio” tem o mérito de ser a primeira Unidade de Conservação Municipal do Pará inscrita no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Parque Ambiental “Antônio Danúbio” requereu e obteve filiação junto à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).

POLÍTICA DE TRANSVERSALIDADE

O Parque Ambiental “Antônio Danúbio”, ação efetiva de política pública ambiental urbana, vai além, ao implementar política pública de transversalidade, uma vez que alia, no mesmo espaço,

¹⁶¹ Este documento transcrito é o “**Histórico Geral do Parque Ambiental Antônio Danúbio**”, disponibilizado pela coordenação ambiental do mesmo.

a preservação do meio ambiente, a valorização da cultura e do lazer, a promoção da pesquisa e o fortalecimento da educação ambiental.

MARCO LEGISLATIVO E INSTITUCIONAL

- Lei Municipal nº 2.154, de 08 de julho de 2005, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua;
- Lei Municipal nº 2.472, de 05 de janeiro de 2011, que cria o Parque como unidade de conservação de uso sustentável na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE);
- Decreto Municipal nº 14.598, de 02 de março de 2011, que cria o Conselho Consultivo do Parque;
- Portaria SEMA nº 02 (17/02/11), que estabelece as normas de uso público do Parque; - Portaria SEMA nº 05 (25/05/11), que nomeia os membros do Conselho Consultivo do Parque;
- Inscrito no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 03 de maio de 2011;
- Filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) em 11 de fevereiro de 2012.

ANEXO 2¹⁶²**PARQUE AMBIENTAL DE ANANINDEUA “ANTÔNIO DANÚBIO”**

Parque Ambiental urbano com área de aproximadamente 3,5 ha, o Parque Ambiental de Ananindeua “Antônio Danúbio” foi inaugurado em 1º de outubro de 2010. trata-se da primeira unidade de conservação municipal do Estado do Pará inscrita no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), inscrito na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). O Parque possui ainda o mérito de ser filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). O Parque tem como objetivos preservar ecossistema de importância local e regional, pesquisar e documentar o patrimônio florístico do município de Ananindeua, promover ações de educação ambiental com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município, além de proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado.

MARCO LEGISLATIVO E INSTITUCIONAL

- # Lei Municipal nº 2.154, de 08 de julho de 2005, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua;
- # Lei Municipal nº 2.472, de 05 de janeiro de 2011, que cria o Parque como Unidade de Conservação de uso sustentável na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE);
- # Decreto Municipal nº 14.598, de 02 de março de 2011, que cria o Conselho Consultivo do Parque;
- # Portaria SEMA nº 02 (17/02/11), que estabelece as normas de uso público do Parque;
- # Portaria SEMA nº 05 (25/05/11), que nomeia os membros do Conselho Consultivo do Parque;
- # Inscrito no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 03 de maio de 2011;
- # Filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) em 11 de fevereiro de 2012.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação da comunidade, principalmente a que vive no entorno do Parque, é fundamental para a movimentação e melhoria do lugar, uma vez que o Parque se caracteriza como espaço

¹⁶² Este documento transcrito é intitulado como “**Informações Gerais do Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio**”, disponibilizado pela coordenação ambiental do mesmo.

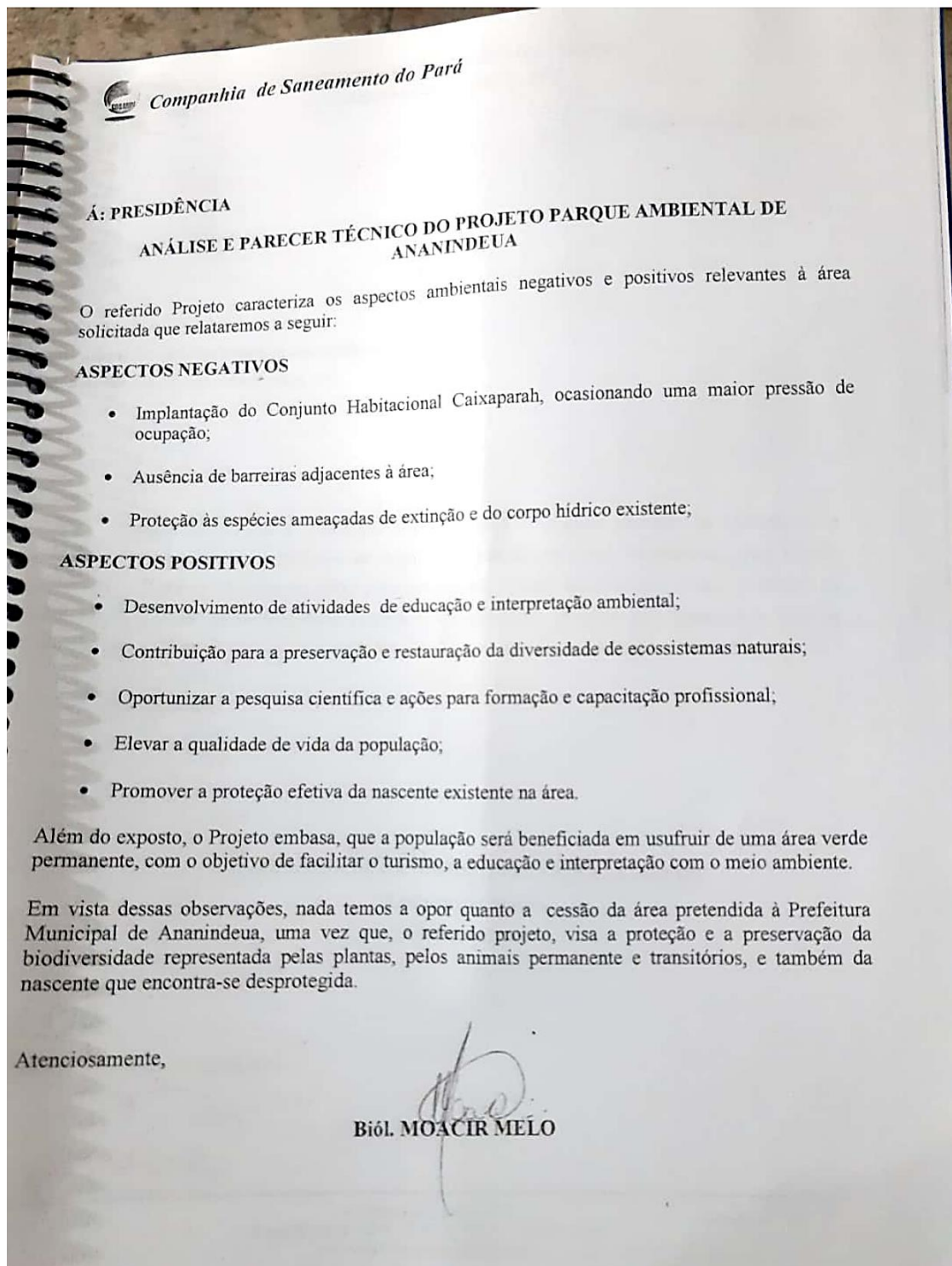
público urbano ambiental que permite o contato direto com a natureza em plena área urbana consolidada da cidade, e é designado para atender a população com o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à preservação do meio ambiente. É nas dependências do Parque que são realizadas, mensalmente, reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), com a participação da sociedade civil, designado entre seus representantes, a Associação de moradores do Caixa Parah, em nome dos moradores que vivem no entorno do Parque. O espaço é aberto ao público e com entrada gratuita.

POLÍTICA DE TRANSVERSALIDADE

O Parque Ambiental “Antônio Danúbio”, ação efetiva de política pública ambiental urbana, vai além, ao implementar política pública de transversalidade, uma vez que alia, no mesmo espaço, a preservação do meio ambiente, a valorização da cultura e do lazer, a promoção da pesquisa e o fortalecimento da educação ambiental.

O Parque possui guaritas, quiosques de educação ambiental, anfiteatro, trilhas ecológicas. É composto por prédios construídos em madeira de lei apreendidas em operações de fiscalização e doadas pelo IBAMA. Esses prédios comportam o Complexo de Educação Ambiental que abriga sala da Coordenação de Educação Ambiental, Sala Verde “Flor do Ananin” e Galeria “Seu Nazareno”, entre outros espaços que servem à administração e aos visitantes, como o auditório com sala de projeção, a Biosala, a Casa da Árvore, o Jardim Sensorial e o Bosque dos Ananis, espaço criado para a preservação da espécie da flora que dá nome ao Município.

O Parque funciona de terça a domingo, de 8h às 17h para visita (livre ou agendada). O Parque recebe alunos de instituições de ensino (escolas estaduais, municipais e particulares, inclusive escolas de outros municípios, faculdades, universidades), associações e grupos em geral, mediante visita previamente agendada pela administração. Categorizada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), o Parque Ambiental “Antônio Danúbio” tem o mérito de ser a primeira Unidade de Conservação Municipal do Pará inscrita no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

ANEXO 3¹⁶³

¹⁶³ Este documento, “Análise E Parecer Técnico Do Projeto Do Parque Ambiental De Ananindeua”, faz parte do processo de negociação do Lote B entre a Companhia de Saneamento do Pará com a Prefeitura Municipal de Ananindeua.

ANEXO 4¹⁶⁴

LEI Nº. 2.472, DE 05 DE JANEIRO DE 2011.

Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANANINDEUA estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, denominada "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA", situada às margens da Rodovia BR-316, km 05, no perímetro urbano do Município de Ananindeua.

Parágrafo único - A ARIE "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA" tem área total de 3,544 hectares e perímetro de 806,83 metros e poligonal definida conforme coordenadas geográficas descritas no croquis constante do Anexo I, parte integrante e indissociável desta Lei.

¹⁶⁴ Fonte retirada do Diário Oficial do Município de Ananindeua – PA, Nº. 1146, segunda-feira, 17 de janeiro de 2011. Disponível em: http://www.ananindeua.pa.gov.br/diario/public/diariopdf/2011_DIARIO_DE_JANEIRO_17.pdf . Acessado em: 30 dez de 2020.

Art. 2º - São objetivos da ARIE "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA":

- I - manter o ecossistema natural de importância regional e local;
- II - garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes;
- III - promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município;
- IV - proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado.

Art. 3º - Não será permitida na ARIE "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA", o exercício de qualquer atividade que represente risco ou prejuízo ambiental, sujeitando-se os infratores às penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 4º - Compete ao órgão municipal gestor do meio ambiente, a implantação e a administração da ARIE "Parque Ambiental ANTONIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA".

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do órgão municipal gestor do meio ambiente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANANINDEUA-PA, 05 DE JANEIRO DE 2011.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal de Ananindeua

ANEXO 5



Parque Ambiental de Ananindeua "Antônio Danúbio"
Projeto vivências (UNAMA)

Symphonia globulifera (Anani)



Popularmente chamado **oanani**, **guanadi**, **olandi**, **anani** e **ananim**, e entre outros, é uma árvore nativa da América Latina e da África tropical. Sua madeira é castanha, pesada, dura e com aproveitamento econômico. Também é utilizada como planta medicinal e ornamental. É uma árvore de até 40 metros de altura, com preferência por terrenos alagadiços. Seu tronco solta um látex de um amarelo intenso, e sua resina é considerada medicinal, e os frutos são consumidos pela fauna.

O nome **Ananindeua** é de origem **tupi**, deve-se a árvore chamada Anani (*Symphonia globulifera*). Acrescentando-se ao "anani" o sufixo "eua" (grande quantidade, abundância), uma árvore que produz a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações. A cidade é originária de ribeirinhos, começou a ser povoada a partir da antiga estrada de ferro de Bragança.

Classificação científica

Reino:	Plantae
Divisão:	Magnoliophyta
Classe:	Magnoliopsida
Ordem:	Malpighiales
Família:	Clusiaceae
Gênero:	<i>Symphonia</i>
Espécie:	<i>S. globulifera</i>

Nome binomial

Symphonia globulifera
L.f.

